

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE TURISMO

ROSIANE CRISTINA COSTA SANTOS

TURISMO SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO: uma análise das potencialidades
turísticas do município de Raposa-MA

São Luís
2018

ROSIANE CRISTINA COSTA SANTOS

TURISMO SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO: uma análise das potencialidades
turísticas do município de Raposa-MA

Monografia apresentada ao curso de Turismo
da Universidade Federal do Maranhão como
requisito como parcial para obtenção do título
de Bacharel em Turismo.

Orientador(a): Prof^a. M^a. Sarany Rodrigues da
Costa

São Luís

2018

Santos, Rosiane Cristina Costa.

Turismo sustentável e desenvolvimento: uma análise das potencialidades turísticas do município de Raposa-MA / Rosiane Cristina Costa Santos. – São Luís, 2018.

73 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de Turismo, Universidade Federal do Maranhão, 2018.

Orientadora: Profa. Ma. Sarany Rodrigues da Costa.

1. Turismo. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Ecoturismo. 4. Raposa – Maranhão. I. Título.

CDU 379.85:504 (812.1)

ROSIANE CRISTINA COSTA SANTOS

TURISMO SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO: uma análise das potencialidades
turísticas do município de Raposa-MA

Monografia apresentada ao curso de Turismo
da Universidade Federal do Maranhão como
requisito como parcial para obtenção do título
de Bacharel em Turismo.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M^a. Sarany Rodrigues da Costa(Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Examinador 1
Universidade Federal do Maranhão

Examinador 2
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho antes de tudo a Deus, por ser essencial em minha vida e por ter me guiado nesta longa jornada. E a minha família, em especial, as minhas filhas amadas Alexia Cristhine e Ana Luiza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Conceição de Maria e Raimundo Nonato alicerces inabaláveis da minha vida, pelo apoio incondicional.

As minhas filhas Alexia Cristhine e Ana Luiza razões da minha existência e estímulo diário das minhas batalhas e conquistas.

Aos meus irmãos Roselene, Márcio Rogério, Rosiana, Romário e em especial a Rosany Karine, aos meus sobrinhos Richardeson, Ana Paula, Gabriel, Lia Raquel, Pietro e Maria Ivania meus companheiros de vida.

A minha melhor amiga Dione Milena, exemplo de luta e superação, a quem dedico um amor único.

As minhas colegas de curso Ana Cristina, Ana Paula, Anne Karoline e Nailde que sempre estiveram ao meu lado, nos inúmeros trabalhos realizados, nas horas difíceis de esmorecimento e cansaço, na dedicação e determinação e principalmente na amizade construída durante todo este período.

Aos meus professores que me proporcionaram conhecimento ao longo deste curso, e a minha orientadora Prof^a. M^a.Sarany Rodrigues da Costa pela confiança que me foi dada e pela doação de seu precioso tempo e conhecimento na orientação deste trabalho.

Enfim, a todos que de maneira direta ou indireta contribuíram na conclusão deste trabalho, o meu muito obrigada.

“Se você tem metas para um ano, plante arroz. Se você tem metas para dez anos, plante uma árvore. Se você tem metas para cem anos, então eduque uma criança. Se você tem metas para mil anos, então preserve o meio ambiente”.

(Confúcio)

RESUMO

O turismo é uma atividade socioeconômica que vem se destacando na economia mundial. Nesse sentido, o Brasil se destaca pela diversidade de ecossistemas naturais, contribuindo assim, com o aumento da demanda em destinos no qual a natureza é o principal atrativo, a exemplo disto, o município de Raposa, aponta no cenário turístico maranhense como destino com grandes potencialidades relacionadas à natureza. Assim, deve se empreender na cidade, a prática do turismo de forma sustentável. Entretanto, é necessário identificar de que maneira o turismo sustentável pode contribuir para o desenvolvimento do município de Raposa-MA. Com o intuito de investigar a atual situação do destino em questão, e ainda propor ações que viabilizem a prática da sustentabilidade como fator de desenvolvimento local, foi realizado um diagnóstico através da Análise Swot. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é apontar as contribuições que o Turismo Sustentável pode trazer para cidade. Para isso, a metodologia utilizada nesse estudo foi a pesquisa bibliográfica, qualitativa e visita de campo, que possibilitaram a análise do problema em tese. Os resultados obtidos após o estudo mostraram que, por se tratar de uma atividade que depende do meio ambiente natural gera impactos ambientais. Em vista disso, o Turismo sustentável viabiliza a inclusão das premissas da sustentabilidade no planejamento da atividade turística, ressaltando de modo igualitário os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Em síntese, dentre as inúmeras vertentes do turismo, o ecoturismo é o segmento que permite em sua essência a relação harmoniosa entre o homem e o meio ambiente. Logo, diante das suas potencialidades o município de Raposa-MA é um destino propício para a prática do ecoturismo, visto que, esta cidade destaca-se pelas belezas naturais e pela necessidade de sua conservação e preservação através do uso sustentável de seus atrativos. Portanto, o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Município de Raposa-MA, demanda o turismo que visa à sustentabilidade da região promovendo o crescimento da atividade, salvaguardando o ambiente natural e a cultura das populações tradicionais garantindo assim, o usufruto tanto da geração atual, como também das gerações vindouras.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Turismo sustentável. Ecoturismo. Raposa-MA.

ABSTRACT

Tourism is an activity socioeconomic that has been highlighted in the world economy. In this sense, Brazil stands out for the diversity of natural ecosystems, contributing thus, with the increase demand in destinations in which nature is the main attraction, for example, the municipality of Raposa, points in the scenario of Maranhão as destination with great potential related to the nature. Thus, it should be in the city, the practice of tourism in a sustainable way. However, it is necessary to identify how sustainable tourism can contribute to the development of the municipality of Raposa-MA. With the aim of investigating the current situation of the destination in question, and also propose actions that enable the practice of sustainability as a factor of local development, a diagnosis was made through the SWOT analysis. Thus, the objective of this research is to point out the contributions that sustainable tourism can bring to the city. For this, the methodology used in this study was the literature search, qualitative and field visit, which enabled the analysis of the problem in thesis. The results obtained after the study showed that, for the case of an activity that depends on the natural environment generates environmental impacts. In view of this, the sustainable tourism allows for the inclusion of principles of sustainability in the planning of the tourist activity, emphasizing in an equitable manner the environmental, social, cultural and economic. In summary, among the numerous aspects of tourism, ecotourism is the segment that allows the essence of the harmonious relationship between man and the environment. Soon, in the face of its potential in the municipality of Raposa-MA, the destination is distinguished by natural beauty and lush by the need of its conservation and preservation through the sustainable use of its attractions. Therefore, the tourism that aims at sustainability of the region by promoting the growth of the natural environment and the culture of traditional populations in order to guarantee the enjoyment of both the current generation, but also generations to come.

Keywords: Sustainable development. Sustainable tourism. Ecotourism. Raposa-MA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Impactos Ambientais.....	24
Quadro 2 – Impactos Econômicos	25
Quadro 3 – Impactos Socioculturais	25
Quadro 4 – Raposa-MA (Destino)	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Venda de produtos artesanais/Praça Viva Raposa-MA.....	41
Figura 2 – Comercialização de artesanatos, Av. Principal/Raposa-MA	42
Figura 3 – Palafitas/Raposa-MA	42
Figura 4 – Recursos Naturais/Raposa-MA	43
Figura 5 – Embarcação utilizada para o turismo náutico/Raposa-MA.....	43
Figura 6 – Praça do Viva/Raposa-MA.....	44
Figura 7 – Praça do Viva/Raposa-MA.....	45
Figura 8 – Sinalização Turística/Raposa-MA.....	45
Figura 9 – Atrativos naturais/Raposa-MA.....	46
Figura 10 – Atrativos Naturais/Raposa-MA.....	47
Figura 11 – Atrativos naturais/Raposa-MA.....	47
Figura 12 – Passeio náutico/Raposa-MA	48
Figura 13 – Embarcações/Raposa-MA.....	49
Figura 14 – Grande caminho de pedras, Itaputiua/Raposa-MA	51
Figura 15 – Trilha de Itaputiua/Raposa-MA	53
Figura 16 – Trilha de Itaputiua/Raposa-MA	53
Figura 17 – Verdinhos em ação	54
Figura 18 – Jovens integrantes do projeto recolhendo lixo da praia	54
Figura 19 – Placa sinalização ambiental/Raposa-MA	55

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APAs	– Áreas de Proteção Ambiental
CNUMAD	– Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EA	– Educação Ambiental
EMBRATUR	– Instituto Brasileiro do Turismo
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	– Ministério do Meio Ambiente
MTur	– Ministério do Turismo
OMT	– Organização Mundial do Turismo
ONG	– Organizações não-governamentais
ONU	– Organização das Nações Unidas
PIEA	– Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUMA	– Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SNUC	– Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UNCED	– Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	TURISMO E SUSTENTABILIDADE	17
2.1	Desenvolvimento Sustentável	18
2.2	Turismo Sustentável	21
2.3	Planejamento do turismo.....	25
3	TURISMO E O MEIO AMBIENTE	31
3.1	Ecoturismo	32
3.1.1	Educação Ambiental	38
4	O MUNICÍPIO DE RAPOSA-MA.....	41
4.1	Potencialidades turísticas do município de Raposa	47
4.1.1	Análise <i>SWOT</i>	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	64
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM A COMUNIDADE DE RAPOSA	68
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM <i>TRADE</i> TURÍSTICO DE RAPOSA.....	70
	ANEXOS	72
	ANEXO A – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RAPOSA - MA	73

1 INTRODUÇÃO

As preocupações com o meio ambiente são uma constante na sociedade. Por esse motivo, vem se intensificando os debates sobre a dialética sustentabilidade versus desenvolvimento econômico.

O crescimento econômico advindo da industrialização ocasionou inúmeros problemas ao meio ambiente. Diante disso, surge a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento. Frente a este quadro, inicia-se em âmbito mundial um longo processo na tentativa de renovação do modelo de desenvolvimento. Como resultado, surgem importantes documentos na consolidação do conceito de Desenvolvimento Sustentável, como por exemplo, o Relatório de Brundtland, a ECO-92, a Agenda 21 e Declaração de Johannesburgo.

A incorporação dos princípios da sustentabilidade tornou-se prioridade em todos os setores da economia e sociedade. No mundo atual, a proteção ao meio ambiente torna-se necessária, diante das agressões causadas pelo homem à natureza. A comunidade, grupos de conservação, órgãos governamentais, instituições de ensino e empresas de vários setores, em especial as do turismo, já começaram a adotar posturas ambientais que viabilizam a maximização dos impactos positivos e minimização dos negativos.

Vale ressaltar, que a responsabilidade dos danos causados ao ambiente natural, não é apenas do setor turístico. Porém, por este depender dos recursos naturais, histórico e culturais, desperta maior atenção em relação aos impactos oriundos desta atividade, visto que a natureza, as tradições e peculiaridades da comunidade local, os espaços físicos e a economia precisam ser preservados e conservados. Desse modo, é imprescindível o desenvolvimento de instrumentos, tais como políticas, projetos e planos que administrem as consequências ocasionadas pela atividade turística.

As inquietações sobre a necessidade do desenvolvimento sustentável do turismo nas regiões em que ele se desenvolve, desperta a necessidade da prática do Turismo Sustentável. O conceito de turismo sustentável consolidou-se no Brasil na década de 90, tendo como base a conceituação mais ampla de Desenvolvimento Sustentável.

Conforme Petrocchi (2009), o turismo sustentável visa promover o crescimento da atividade de maneira que não cause problemas ambientais ou socioculturais ao destino. Assim, o turismo que visa à sustentabilidade da região promove o crescimento da atividade, salvaguardando o ambiente natural e a cultura das populações tradicionais garantindo assim, o usufruto tanto da geração atual, como também das gerações vindouras.

Já que esta atividade necessita de aspectos importantes para a vida humana em seu desenvolvimento, é fundamental planejar - lá de modo a gerar, o mínimo de impactos possíveis. O turismo se desenvolve na maioria das vezes em espaços naturais, e pode provocar o uso desenfreado do destino, principalmente pelo aumento do número dos visitantes. Em virtude disso, o turismo expõe o patrimônio natural e cultural, porquanto a sustentabilidade deve ser premissa em todos os segmentos do setor.

Entre os inúmeros segmentos do turismo o Ecoturismo possibilita promover em seu desenvolvimento a sustentabilidade, pois este se desenvolve harmonicamente com o lugar, protegendo e preservando o patrimônio natural e cultural. Além disso, visa à formação de uma consciência voltada para a preservação do meio ambiente através da interpretação do mesmo promovendo o bem-estar dos autóctones.

O ecoturismo consiste em viagens turísticas para áreas naturais preservadas. Esta atividade possibilita aos visitantes experiências singulares, uma vez que através destas, busca-se a compreensão, apreciação e conservação de todos os ecossistemas existentes, aspectos geológicos e tradições peculiares do destino, logo, se tende estabelecer nestes locais o turismo que gere pouco impacto, já que o ecoturismo geralmente é realizado em áreas restritas, tranquilas ou protegidas.

Desse modo, partindo desses pressupostos e por ser um tema atual, para o qual diversos setores da economia e da sociedade voltam seus olhares, elegeu-se a seguinte temática: Turismo Sustentável e desenvolvimento: uma análise das potencialidades turísticas do município de Raposa-MA. A escolha deste município deu-se, sobretudo pelo fato de suas características naturais serem propícias à prática do Ecoturismo.

Por meio de uma vasta gama de recursos naturais a Cidade de Raposa-MA revela o seu grande potencial turístico, suas dunas, ilhas, praias e manguezais favorecem o desenvolvimento do ecoturismo, assim, em meio a toda essa diversidade natural destacam-se suas praias e dunas. Portanto, estes atrativos terão maior ênfase nessa abordagem.

Destarte, considerando que o município de Raposa-MA é um destino de turismo de natureza, em especial o ecoturismo. Questiona-se de que maneira o turismo sustentável pode contribuir para o desenvolvimento desse município?

O objetivo geral desta pesquisa é apontar as contribuições que o Turismo Sustentável pode trazer para a cidade. Para tanto, faz-se necessário não só apontar os entraves para o desenvolvimento da atividade, bem como especificar as potencialidades turísticas existentes no município.

Com o intuito de identificar a atual situação do destino em questão, e ainda propor ações que viabilizem a prática da sustentabilidade como fator de desenvolvimento local, foi realizado um diagnóstico através da Análise Swot. Por meio deste mecanismo de análise, foi possível ponderar acerca do fomento do ecoturismo no lugar, além de verificar a existência de possíveis ações dos órgãos governamentais e setor privado no que diz respeito à exploração deste segmento do turismo nesse destino.

Para que esse estudo fosse realizado, foram realizadas visitas de campo, nessas ocasiões buscou-se informações sobre o tema em questão. Os instrumentos utilizados foram a observação do objeto de estudo, e também a realização de entrevistas. Foram elaborados três roteiros diferentes para uma pequena amostra, direcionados para a comunidade local, *trade* turístico e setor público. As entrevistas foram realizadas nos dias 5, 6 e 14 de março, 21 de abril, 1º e 17 de maio, 10 de junho do corrente ano. No universo de 45 questionários com perguntas abertas (ver Apêndice I e II), foram aplicados 40, direcionados da seguinte maneira, 30 para os residentes, 10 para o *trade*.

Quanto ao setor público, o então Secretário Municipal de Turismo, Sr. Edson Duarte, foi procurado para falar sobre o tema, entretanto não se logrou êxito. Em consequência disso, as informações sobre a gestão pública, partiram de buscas por meio de acesso ao site oficial do município e sites da imprensa local.

O embasamento teórico fundamentou-se nos principais autores da área de turismo, nos campos de Sustentabilidade, Planejamento e Ecoturismo, como Ruschmann (1997; 1999/2000), Beni (1998; 1999; 2007), Petrocchi (1998; 2009), Dias (2003a; 2003b; 2008), Mendonça e Neiman (2005), entre outros. Complementou-se este estudo com leituras de artigos, revistas e sites relacionados ao tema. Também foram consultados documentos oficiais na base de dados dos órgãos governamentais na internet.

O trabalho estruturou-se em cinco capítulos, em que se buscou explanar sobre a importância da sustentabilidade do turismo como fator de desenvolvimento na cidade de Raposa-MA. Iniciou-se essa tese explicando o surgimento do Desenvolvimento Sustentável, seu conceito e a necessidade de ser aplicado a todos os setores da sociedade, em especial ao setor do turismo. Continuando essa discussão, foi necessário compreender a relação do turismo com o meio ambiente. Por ser o turismo dependente do ambiente natural e patrimônio cultural, surge a necessidade de desenvolvê-lo de forma sustentável. Assim, eclode a conceituação do Turismo Sustentável, que tem como finalidade atender as necessidades dos turistas de hoje, e equalizar o crescimento econômico e a preservação da integridade do destino para que as gerações atuais e futuras satisfaçam suas necessidades.

Está claro que a natureza é a principal matéria-prima do turismo. Assim, diante da abrangência da atividade turística, que alcança desde grandes países desenvolvidos à singelas e nativas comunidades, é fundamental que se coloque como prioridade a proteção e preservação dos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais destes lugares. O Brasil possui uma grande diversidade de ecossistemas, e por isso a procura por destinos ligados à natureza e ao modo de vida das populações residentes nestes locais cresce de forma significativa.

Contudo, diante da fragilidade de alguns destinos, é preciso que o turismo seja utilizado como instrumento de proteção e preservação. Propõe-se a utilização controlada dessas áreas, viabilizando a criação de leis de proteção e estudos relacionados ao impacto ambiental, capacidade de carga e fiscalização constante, para que seja realizado um rigoroso controle no uso dos recursos naturais. Sob esse ponto de vista, o ecoturismo é o segmento do turismo mais indicado para ser realizado nessas áreas. Portanto, o ecoturismo revela-se como ferramenta de crescimento econômico com baixo impacto ao ambiente natural. E ainda, incentiva através da Educação Ambiental, a busca pela formação de uma consciência ecológica.

O município em tese é rico em atrativos naturais. Em virtude do seu grande potencial ecológico, optou-se pelo fomento do ecoturismo na cidade como forma de desenvolvimento sustentável. A pesquisa aponta que a sustentabilidade da atividade turística é uma das principais ferramentas no processo de desenvolvimento do município. Porém, isso só será possível através da participação efetiva de todos os integrantes do setor turístico, inclusive da comunidade. Por isso, é fundamental a implantação de um planejamento estratégico, em que todos estejam integrados e busquem o mesmo objetivo: o crescimento da economia, a preservação ambiental e cultural e a melhoria da qualidade de vida da população local e do seu entorno.

2 TURISMO E SUSTENTABILIDADE

A atividade turística depende do ambiente. Em seu desenvolvimento consome os recursos naturais gerando assim inúmeros impactos. O turismo sem planejamento e controle traz efeitos muitas vezes destrutivos ao meio ambiente. Porém, o poder de preservação e conservação advindas da atividade turística é um relevante aspecto positivo do turismo para a região receptora.

Neste contexto, Dias (2008), afirma que os benefícios que o turismo traz ao meio ambiente estão diretamente relacionados com o aumento da consciência ecológica da sociedade em geral. Como uma atividade de massas, constituindo-se cada vez mais numa necessidade social do ser humano, a atividade turística necessita para o seu desenvolvimento dos espaços naturais existentes e, por outro lado, as áreas naturais necessitam do turismo para se tornarem economicamente viáveis, tornando-as menos passíveis de crítica e contribuindo para o desenvolvimento social das populações de seu entorno.

Ruschmann (1997), diz que o relacionamento do turismo com o meio ambiente, tem se caracterizado por alguns aspectos peculiares e que deverão ser considerados nas ações e estratégias do planejamento da atividade. Tais ações e estratégias devem estar pautadas na sustentabilidade do destino, contemplando os aspectos ambientais, econômicos, culturais e sociais.

Nesta perspectiva Dias (2008), garante que o turismo quando bem planejado, e com uma gestão responsável, que promova um monitoramento permanente da atividade, avaliando a capacidade de suporte dos recursos, é altamente positivo ao meio ambiente, podendo tornar-se cada vez mais a principal atividade econômica responsável pela preservação dos recursos naturais.

Frente ao que foi exposto, e diante da fragilidade do ambiente natural, e da necessidade da diminuição dos impactos ambientais, culturais e sociais. Surge a necessidade de se desenvolver o turismo de modo sustentável, assim o planejamento da atividade deve estar pautado nas dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, Swarbrooke(2000) diz que:

[...] por “sustentável” geralmente queremos dizer “desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva a um prazo mais longo que o usual ao tomarmos decisões, e envolve uma necessidade de intervenção e planejamento. O conceito de sustentabilidade engloba claramente o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos.

Os estudos envolvendo a sustentabilidade existem há anos, e possuem como objetivo central a busca por ações e posturas, sustentáveis. Assim faz-se necessário a compreensão da evolução e consolidação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável.

2.1 Desenvolvimento Sustentável

No início do século XVIII, a principal preocupação de inúmeros países, era o crescimento econômico, que foi impulsionado pela Revolução Industrial. Dias (2003a, p. 12), afirma que “[...] essa revolução introduziu na sociedade moderna um modelo econômico que tem como seu objetivo principal a geração de renda, por meio da expropriação e exploração dos recursos naturais”.

Houve um progresso na economia, entretanto o aumento populacional na época ocasionou um grande desgaste dos recursos naturais. Diante de tal realidade foi necessária uma mudança de paradigma, tendo em vista que o uso desenfreado do ambiente natural poderia ocasionar a escassez de alguns recursos naturais.

A preocupação da comunidade Internacional com o desenvolvimento sustentável se intensificou e a partir de então, inúmeros encontros e reuniões foram realizados para discutir sobre as questões da sustentabilidade.

Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) promove a Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, a qual deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em que seu principal objetivo era criar estratégias ambientais para promover um desenvolvimento socioeconômico igualitário, nomeado de Ecodesenvolvimento que mais tarde passou a se chamar Desenvolvimento Sustentável.

Outra colaboração considerável à este debate foi realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) em 1983 que tinha como finalidade aprofundar as pesquisas e propostas acerca do meio ambiente. Era presidida pela ex-primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, em 1987 foi apresentado o resultado de 4 anos de estudo denominado Nosso Futuro Comum, conhecido popularmente como Relatório de Brundtland (DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972).

O referido documento diz que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades da atual geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover suas próprias demandas. Afirma também que é fundamental difundir novas posturas da comunidade de modo geral em relação à economia, sociedade, política e ecológica.

O relatório entende que, Desenvolvimento Sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o surgimento de novas posturas das instituições se harmonizam, a fim de atender às necessidades e anseios do homem no presente e no futuro.

O desgaste dos recursos naturais e sua preservação, também foram discutidos em outro grande evento em âmbito global, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada em 1992, que culminou com a consolidação do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A CNUMAD foi o ápice da discussão sobre sustentabilidade (DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992). A Cúpula da Terra, como ficou popularmente conhecida, resultou também na ECO-92 ou RIO-92 realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. A Agenda 21 foi um importante instrumento adotado a partir destes eventos com o intuito de proteger o planeta e seu desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a Organização Mundial do Turismo(2003) afirma que

[...] a agenda 21 é um programa abrangente de ação adotado por 182 governos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Conferência da Terra em 14 de junho de 1992. Primeiro documento do gênero a atingir um consenso internacional, a agenda 21 oferece um projeto para assegurar o futuro sustentável do planeta, partindo dos dias de hoje em direção ao século XXI. Identificar as questões ambientais e de desenvolvimento que ameaçam causar uma catástrofe econômica e ecológica e apresenta uma estratégia para a transição às práticas de desenvolvimento sustentável.

A agenda 21 Foi um importante mecanismo na busca pela sustentabilidade ambiental. “Já que este documento reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental” (AGENDA 21, 1992, p.11).

Por conseguinte, em 2002, a Declaração de Política da Cúpula da Terra II sobre o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, na África do Sul, também conhecida como Rio + 10 fez um balanço de todos os avanços obtidos através da Agenda 21. Deste evento surgem outros importantes documentos para as questões ambientais, a Declaração de Johannesburgo e o Plano de Implementação, que reafirmam os compromissos firmados por todos os países que participaram da ECO-92, além disso, outros temas foram discutidos e de modo geral foi obtido um saldo positivo.

Trinta anos atrás, em Estocolmo, concordamos na necessidade urgente de reagir ao problema da deterioração ambiental. Dez anos atrás, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, concordamos que a proteção do meio ambiente e desenvolvimento social e

econômico são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, com base nos Princípios do Rio. Para alcançar tal desenvolvimento, adotamos o programa global denominado Agenda 21 e a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, aos quais reafirmamos nosso compromisso. A Cúpula do Rio foi um importante marco, que estabeleceu uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável (DECLARAÇÃO DE JOHANESBURGO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2002).

A Declaração de Johannesburg assegura que o Desenvolvimento Sustentável é composto por três pilares fundamentais, desenvolvimento econômico, social e proteção ambiental.

O Plano de Implementação criado na Cúpula da Terra II, ratifica a importância destas vertentes no Desenvolvimento Sustentável, e elenca como elementos principais a sociedade, ambiente, economia e cultura.

Nesse quadro, a sociedade possui um papel transformador, norteando novos pensamentos e posturas em relação ao meio ambiente, que diante da sua fragilidade necessita da preservação dos seus recursos. No que tange a economia, deve ser atrelado ao seu crescimento práticas que visem minimizar os impactos que a atividade econômica traz a natureza, e a cultura local.

O conceito de desenvolvimento sustentável consolidou-se e externa suas preocupações acerca das dimensões econômicas, ambientais e sociais. Com isso todos devem estar envolvidos com o desenvolvimento sustentável, governantes, comunidades, instituições de ensino, empresas privadas e organizações não governamentais. Os princípios da sustentabilidade devem servir de parâmetro para todas as atividades socioeconômicas, assegurando a qualidade de vida da população, e garantindo-lhes o direito às futuras gerações de também usufruírem.

Reafirmando todas as ações na busca do Desenvolvimento Sustentável, em 2012 foi realizado a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável a Rio+20 realizada na cidade do Rio de Janeiro, o evento comemorou os 20 anos da Rio-92 e definiu novas metas e ações sobre a sustentabilidade. Um dos principais temas discutidos na ocasião foi à economia verde, a erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o Desenvolvimento Sustentável.

A Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (2012) afirma que “[...] as políticas de economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, devem ser guiadas pelos princípios do Rio, a Agenda 21 e o Plano de Implementação de Johannesburg”.

No Brasil o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi instituído de maneira simultânea como nos demais países, a ECO-92 e a Rio+20, só reafirmaram a consolidação desse debate no país. Além disso, a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura em lei a preservação do meio ambiente:

Art. 225, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A princípio o desenvolvimento sustentável deve existir em todos os setores da economia. Há séculos existem debates envolvendo crescimento econômico e sustentabilidade. O Desenvolvimento Sustentável visa à justiça social, a eficiência econômica e a harmonia ambiental, é um processo de modificações nas posturas dos empresários, intuições, ONGs e toda sociedade.

Diante do que foi exposto, a preocupação com o meio ambiente é fundamental, entretanto existem áreas em que requerem uma especial atenção, que é o caso do ramo turístico. Desse modo, já que o turismo utiliza como elemento principal em seu desenvolvimento o meio ambiente, é fundamental a realização do Turismo Sustentável.

2.2 Turismo Sustentável

Antes de dissertarmos sobre o tema Turismo Sustentável, é necessário que se faça uma breve abordagem sobre os aspectos conceituais do turismo. Para Beni (1998, p. 36), turismo é “[...]o estudo do homem, longe do seu local de residência da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria geram sobre os ambientes físicos, econômicos e socioculturais da área receptora”.

Como vimos o turismo externa em seu conceito que o ser humano tem se deslocado de sua residência com o intuito de satisfazer suas necessidades, e que esta prática gera impactos aos locais visitados. Se distanciar da sua rotina habitual, é uma ação que o homem realiza há séculos.

No contexto histórico estes deslocamentos ocorrem desde as civilizações antigas, na Grécia e em Roma as viagens possuíam motivações semelhantes, tais como ócio, os eventos culturais, o descanso e os banhos termais.

Já na Idade Média eram as peregrinações religiosas que impulsionavam as pessoas a viajarem, foi nessa época que surgiram os primeiros equipamentos turísticos como os hotéis e pequenas hospedagens.

No século XVIII, com o advento da industrialização as pessoas começam a sentir a necessidade do contato com o meio ambiente, numa espécie de fuga do cotidiano os indivíduos se deslocam em busca do contato mais intimista com a natureza, neste momento as viagens eram elitizadas e o poder aquisitivo passou a influenciar os novos hábitos dos viajantes.

O Século XX trouxe transformações significativas para o turismo, em 1950, a relação entre o turismo e ambiente natural era de coexistência, o turismo se populariza. Petrocchi(2009), diz que na década de 60 o turismo de massa causa uma forte pressão em áreas naturais, notadamente em faixas litorâneas.

Nos anos seguintes o turismo de massa alcançou o seu ápice, a partir de então os primeiros movimentos em busca da proteção e preservação do meio ambiente surgem no cenário mundial.

Neste âmbito os planejadores do turismo passam a preocupar-se com as questões inerentes ao meio ambiente, nos anos 80 ocorrem os principais eventos com a finalidade de instituir programas, projetos e ações para a preservação do meio ambiente. Na década de 90 é estabelecido o conceito de Desenvolvimento Sustentável, resultado de inúmeros estudos realizados em esfera mundial, em consequência surge o conceito de Turismo Sustentável.

O Brasil sediou o evento marco para a consolidação do Turismo Sustentável, a ECO-92 ou Rio-92, desde então preocupação com a sustentabilidade da atividade turística se torna algo essencial, e apresenta de maneira clara que a preservação do ambiente natural, do patrimônio cultural e dos fatores socioeconômicos é fundamental no processo de salvaguarda destes recursos.

Em 1995, a OMT define o Turismo Sustentável como:

Aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientais sensíveis (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 1995).

O conceito exposto confirma a importância da realização do turismo sustentável nos destinos. “Os recursos naturais e patrimoniais encontram-se no ponto de partida de toda atividade turística, constituem a origem da razão de ser das experiências e, por isso, são a

matéria-prima tanto para o setor, quanto para os turistas” (VALLS, 2006, p. 40). Entretanto, é preciso adotar a consciência que os recursos naturais são esgotáveis e que devem ser conservados e preservados, além de manter a originalidade do destino e das comunidades locais.

Desenvolver o turismo de modo sustentável é encarar que os fatores sociais e ambientais são indissociáveis, assim se torna um importante instrumento no processo de assegurar a preservação e proteção dos recursos naturais e conservação do patrimônio, melhorando a qualidade de vida dos autóctones e garantindo que as futuras gerações também tenham o direito de usufruírem.

É dever e todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente às necessidades e às aspirações das gerações presentes e futuras (BOITEUX, 2008, p.116).

Percebe-se que o turismo sustentável precisa possuir viabilidade econômica, justiça social e equilíbrio ambiental e cultural.

Nesse sentido, a OMT afirma que, “[...] uma tendência importante é a de desenvolver o turismo em uma região também para promover a conservação do patrimônio natural, dos lugares históricos e das tradições culturais” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003).

O Código Mundial de Ética do turismo, criado pela OMT, através do artigo 3, enfatiza a importância da harmonia entre os anseios dos turistas e das comunidades onde o turismo está sendo desenvolvido:

A infra-estrutura deve ser concebida e as atividades turísticas programadas de forma que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e pela biodiversidade e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. Os agentes do desenvolvimento turístico, principalmente os profissionais, devem permitir que sejam impostas limitações ou obstáculos às suas atividades quando elas forem exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares, ou de elevadas montanhas, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas úmidas, propícias à criação de parques naturais ou áreas protegidas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003).

Portanto, o turismo é uma mola propulsora para melhorar a qualidade de vida da população envolvida, proteger e preservar o meio ambiente, além de ser indutor da economia local. Todos os benefícios do turismo devem contemplar uma parcela significativa da comunidade e o planejamento do turismo é fundamental para o alcance da sustentabilidade. Desta forma, é crucial que se trace um planejamento do turismo de maneira sólida e

minuciosa dando ênfase ao desenvolvimento do turismo sustentável, como veremos no capítulo a seguir.

2.3 Planejamento do turismo

No panorama mundial, o turismo elimina barreiras e encurta distâncias, proporcionando o encontro de diferentes culturas. Diante desse cenário, Dias (2008), reconhece o turismo como uma importante face da globalização, aproximando povos de diversas partes do globo. A atividade turística contribui para que os diferentes povos passem a compreender o lugar que ocupam e a ligação que possuem uns com os outros.

Os avanços tecnológicos e turbilhão de informações advindos da globalização têm contribuído no crescimento do setor turístico. Por consequência o turismo promove aceleração econômica gerando emprego e renda, além de novos investimentos para o destino, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas da localidade no qual a atividade se desenvolve.

Através do turismo as portas do mundo se abrem, o global invade o local, abrindo novos horizontes, transformando economias e sociedades, todavia tais transformações nem sempre são positivas, o mau uso dos recursos naturais e o aumento de visitantes ao destino podem ser prejudiciais a localidade, gerando assim muitos impactos.

Nessa perspectiva é interessante compreender o que é impacto, Salvati (2002) conceitua como, qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente decorrente das ações humanas, que de maneira direta ou indireta sejam prejudiciais a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a fauna e a flora, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e por fim a qualidade dos recursos naturais.

Nesse paradigma é notório que “[...] o turismo causa impactos na economia, nos espaços físicos e na vida cultural do destino de turismo” (PETROCCHI, 2009, p.26). Os principais impactos positivos e negativos oriundos do turismo incidem em três aspectos: ambientais, econômicos e socioculturais, os quadros abaixo listam alguns destes impactos:

Quadro 1 – Impactos Ambientais

IMPACTOS AMBIENTAIS	
Positivos	Negativos
a) Melhora na infraestrutura do destino; b) proteção ao meio ambiente; c) preservação do patrimônio cultural.	a) Alterações nas paisagens naturais; b) poluição das águas (lagos, rios e mares) e do ar; c) desaparecimento de algumas espécies da fauna e da flora; d) uso em massa do destino.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2 – Impactos Econômicos

IMPACTOS ECONÔMICOS	
Positivos	Negativos
a) Aumento dos investimentos; b) geração de empregos e renda para a comunidade local; c) arrecadação de impostos.	a) Exploração da mão de obra local; b) especulação imobiliária; c) destruição de áreas naturais para construção de empreendimentos turísticos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3 – Impactos Socioculturais

IMPACTOS SOCIOCULTURAIS	
Positivos	Negativos
a) Melhora na qualidade de vida; b) melhora nos equipamentos de lazer e pontos turísticos do destino; c) intercâmbio entre culturas; d) valorização da identidade Cultural.	a) Congestionamentos; b) descaracterização cultural; c) uso de drogas; d) prostituição.

Fonte: Elaborado pela autora.

O cenário exposto revela que o turismo é gerador de inúmeros impactos ambientais, sendo a principal maneira de controlar estes impactos o planejamento da atividade turística. Para se desenvolver em determinado destino, o turismo utiliza os recursos já existentes ou na maioria das vezes faz modificações para que a cidade possa atender as expectativas dos turistas. Estas alterações incidem diretamente no ambiente natural e também no modo de vida das comunidades locais. É por isso que a introdução do Turismo Sustentável do destino atrelado ao bom planejamento garante a maximização dos impactos positivos e a diminuição dos impactos negativos.

Atualmente o planejamento do turismo através do enfoque do desenvolvimento sustentável revela-se como forma preventiva ideal para a proteção dos meios visitados, preservando a natureza, oferecendo conforto e satisfação ao turista e respeitando a originalidade dos autóctones.

Desse modo é fundamental estabelecer uma gestão sustentável, através do planejamento do turismo focado na percepção do panorama atual no qual o destino se encontra e nos possíveis panoramas futuros.

Um destino sustentável é aquele que adota um conjunto de medidas globalizadoras, realizáveis e de planejamento duradouro, que se estende a todas as fases do ciclo da vida e encadeia seu desenvolvimento geral no contexto econômico, sociocultural e ambiental (VALLS, 2006, p. 58).

Ainda nesse contexto, Ruschmann (1997, p. 87) diz que, “[...] o planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos”.

Assim, através do planejamento, estabelecem-se ações, que possibilitam a maximização dos benefícios econômicos, socioculturais e ambientais e minimização dos efeitos adversos oriundos do desenvolvimento da atividade turística, visando o bem-estar da comunidade receptora e a lucratividade dos empreendimentos turísticos, o desenvolvimento do turismo sustentável sempre será a maneira mais indicada para a busca do equilíbrio entre a rentabilidade econômica, preservação dos recursos naturais e expectativas dos turistas e da comunidade local, que precisa sentir-se parte integrante deste planejamento.

De acordo com Magalhães (2002, p. 9), “[...] à medida que a comunidade vai se sentindo envolvida, torna-se mais motivada em relação a sua participação e inserção no processo”. Sendo assim, é primordial a participação não apenas, do setor público, e *trade* turístico, mas também da comunidade tendo como principal finalidade propor projetos, programas, políticas e ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável do turismo.

A ideologia do turismo sustentável traz na sua base a preocupação com a conservação do meio físico e das formas de organização das comunidades receptoras, seus usos, costumes e tradições, assim como sua participação nas fases do planejamento (MAGALHÃES, 2002, p. 89).

Nesse prisma, Ruschmann (1997, p. 10) diz, “[...] por isso, o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras”.

O planejamento é a função mais importante no desenvolvimento de qualquer atividade econômica. Pois, segundo Petrocchi (2009, p. 17), “[...] estabelece as diretrizes para as demais funções do ciclo administrativo, que são organizar, liderar e controlar”. Na administração, vários autores conceituam o planejamento como ferramenta decisiva para a sobrevivência das organizações.

Petrocchi(2009) conceitua o planejamento, como processo de “[...] determinação de objetivos para um destino de turismo, assim como dimensionamento e a coordenação de meios e recursos para atingi-los”.

O planejamento do turismo num enfoque sustentável deve ser planejado a longo prazo e as metas, os projetos, os programas, as políticas e ações devem preocupar-se com a rentabilidade econômica, social e ambiental.

Nesse contexto, o tipo de planejamento mais indicado para a gestão do turismo é o planejamento estratégico, pois este analisa a situação atual do destino e estabelece as estratégias a serem utilizadas para o alcance dos objetivos futuros.

Segundo Valls (2006, p. 62), “[...] o plano estratégico de um destino turístico é um instrumento que define as condições gerais do desenvolvimento harmônico do território em um prazo de tempo longo”. Este plano deve conter algumas etapas essenciais que são:

- a) diagnóstico: essa etapa permite apontar as potencialidades e limitações do destino;
- b) objetivos: os resultados obtidos através do diagnóstico orientam acerca da formulação de estratégias para solucionar os problemas existentes ou prevenir os futuros;
- c) estratégias: nessa fase do planejamento são escolhidos os meios e os recursos para atingir a finalidade do planejamento;
- d) ações: é através das ações delineadas que o projeto se torna real;
- e) controle: é uma das fases mais importantes, pois, nesta etapa é possível acompanhar se o que foi planejado está sendo desenvolvido de maneira adequada.

O resultado de todo esse processo é um desenvolvimento harmônico e rentável tornando o destino competitivo, impulsionando não apenas, o crescimento econômico, como também trazendo benefícios para a comunidade local.

De acordo com Valls (2006, p. 62):

[...] para se tornar competitivo, um destino deve gerar benefícios de longo prazo superiores à média da concorrência em três âmbitos: benefícios econômicos para os negócios da região, de modo que atraia os melhores investidores, empresários, trabalhadores, fornecedores, peritos etc.; benefícios sociais, em termos de qualidade de vida, postos de trabalho de qualidade, inovação etc.; e benefícios ambientais, de maneira que o uso turístico financie integralmente a taxa de regeneração que não tenha de recorrer excepcionalidades.

Já Barreto (1991), destaca um aspecto importante no planejamento do turismo, em suma, é interessante que o planejamento de uma região turística esteja aberto a modificações, visto que o turismo é uma atividade econômica dinâmica. Porém, é necessário o respeito à integridade do destino turístico.

Conforme Petrocchi (2009), após a percepção atual do destino e do seu entorno, são identificados os fatores críticos que precisam adaptar-se ou se modificarem. Diante disso, é possível determinar projetos, programas e políticas voltados para a sustentabilidade da

região. Valls (2006, p. 15) complementa afirmando que “[...] as políticas de turismo encontram no destino a unidade básica de gestão”.

O governo federal é responsável pela normalização da atividade, através de leis e políticas do turismo. No intuito de fortalecer a economia regional através do desenvolvimento do turismo local, os municípios brasileiros possuem alguns mecanismos que podem nortear o turismo da região, como por exemplo, “[...] o Programa de Regionalização do Turismo, que tem como finalidade principal apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e descentralizada” (BRASIL, 2013, p. 24). Desse modo, os municípios passam a ter autonomia no processo de desenvolvimento do turismo local, pautados na legislação turística brasileira.

Segundo o Ministério do turismo, o principal marco legal do turismo no país, foi a lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que tem como objetivo: promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando estados, Distrito Federal e municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica (BRASIL, 2018, p. 55).

Na esfera municipal, o planejamento se torna imprescindível, pois é uma tarefa difícil, tendo em vista que, se devem levar em consideração todas as peculiaridades do local e seus atrativos. Além disso, as questões de infraestrutura de acesso e infraestrutura básica da localidade devem ser melhoradas para atender a demanda do turismo na região.

Nessa perspectiva, em algumas cidades a falta de planejamento e a prática do turismo de maneira desordenada acarretam grandes problemas. Em alguns municípios, o setor turístico ainda não despertou para o poder transformador do turismo, um exemplo disso é o município de Raposa-MA detentor de belezas naturais, este destino integra o Pólo Turístico de São Luís. Todavia, ainda não conta com um planejamento que corresponda ao seu grande potencial.

Petrocchi (2009, p. 2) afirma que “[...] o planejamento do turismo deve considerar todas as formas possíveis de contribuição ao bem-estar dos moradores e desenvolvimento integral do destino”. Diante de tal afirmação, é primordial a participação do poder público, *trade* turístico e a comunidade local no planejamento do turismo, garantindo que as cidades receptoras e seu entorno busquem a sustentabilidade como fator de desenvolvimento do destino.

A segmentação do turismo é um fator fundamental, no planejamento, pois é preciso identificar os desejos e necessidades dos turistas e da comunidade local, no caso específico da cidade de Raposa, por se tratar de uma destinação onde seus principais atrativos,

são os recursos naturais, o desenvolvimento da atividade turística na região precisa ser realizado de modo sustentável.

Nesse contexto, o destino precisa ser planejado de maneira que o patrimônio natural, histórico e cultural seja preservado, e, além disso, é preciso que este novo paradigma alcance a todos os envolvidos no processo.

Assim, conforme Ruschman (1999/2000), o turismo precisa se desenvolver, possibilitando que a natureza esteja em combinação com o fluxo turístico, e tal situação, encontra sua expressão ideal no ecoturismo.

3 TURISMO E O MEIO AMBIENTE

A inevitável utilização do ambiente pela atividade turística gera inúmeros impactos, tanto aos espaços naturais, quanto construídos. O turismo sem planejamento e controle traz muitos danos ao meio ambiente. Antes de explicar essa relação faz-se necessário compreender o que é o meio ambiente. De acordo com a Lei nº 6.938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, conceitua-se como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 1981). Em outras palavras, o meio ambiente é formado pelo espaço natural, por todos os seres vivos e pelas estruturas criadas e modificadas pelo homem.

Nesse sentido, Beni (2007, p.89) afirma que:

[...] o homem precisa da ocupação e da exploração do espaço natural para a satisfação de suas necessidades mínimas, e, na medida em que se percebe que esse espaço não o satisfaz, tende a manipulá-lo irracionalmente, de maneira que vai traçando um espaço cultural até agora abstrato, porque não está situado com respeito às condições do meio global e muito menos em relação às leis da natureza.

O ser humano utiliza o meio ambiente para satisfazer suas necessidades, sendo capaz de expor a natureza e provocar grandes agressões. No caso específico do turismo a exploração irracional do ambiente natural gera danos ainda maiores como: poluição ambiental (ar, água e solo), descaracterização de paisagens naturais e concentração de número excessivo de pessoas em alguns ecossistemas.

Todavia, o poder de preservação e conservação advindos da atividade turística é um relevante aspecto positivo do turismo para o meio ambiente. Neste sentido, Dias (2008, p.89), assegura que:

[...] os benefícios que o turismo traz ao meio ambiente estão diretamente relacionados com o aumento da consciência ecológica da sociedade mais geral. Como uma atividade de massas, constituindo-se cada vez mais numa necessidade social do ser humano, a atividade turística necessita para o seu desenvolvimento dos espaços naturais existentes e, por outro lado, as áreas naturais necessitam do turismo para se tornarem economicamente viáveis, tornando-as menos passíveis de crítica e contribuindo para o desenvolvimento social das populações de seu entorno.

Ruschmann (1997, p.127) diz que o relacionamento do turismo com o meio ambiente, tem se caracterizado por alguns aspectos peculiares e que deverão ser considerados nas ações e estratégias do planejamento da atividade.

Tais ações e estratégias devem estar pautadas na sustentabilidade do destino, contemplando os aspectos ambientais, econômicos, culturais e sociais. Frente ao que foi

exposto e diante da necessidade da diminuição dos impactos ambientais, culturais e sociais. Surge a necessidade de se desenvolver o turismo de modo sustentável e que cause baixo impacto à natureza.

Deste modo, Dias (2008, p.103) afirma que as áreas naturais protegidas encontram no turismo de modo geral, mas principalmente no ecoturismo, uma forma de inserção nas economias locais, viabilizando-se economicamente e trazendo benefícios às comunidades que vivem no seu interior ou entorno.

3.1 Ecoturismo

O turismo é uma atividade socioeconômica que cresce de maneira expressiva. Dados recentes divulgados pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2018), afirmam que em 2017, o turismo mundial superou as expectativas de crescimento do setor, tendo um aumento de 7% em relação ao ano anterior.

A estatística mencionada revela que o crescimento do setor incide de várias formas nos destinos turísticos. Esse avanço traz muitos benefícios, mas também causa inúmeros impactos. Esta realidade é mais intensa em áreas pouco povoadas e com uma vasta gama de recursos naturais, tendo em vista que o possível aumento de turistas nestes locais pode acarretar alguns impactos negativos ao destino. O desenvolvimento da atividade turística demanda um planejamento que priorize a sustentabilidade do local.

O princípio norteador para o desenvolvimento do turismo sustentável consiste em gerenciar os recursos naturais e humanos, a fim de maximizar o divertimento dos visitantes e os benefícios locais, minimizando ao mesmo tempo, os impactos negativos sobre a comunidade do local de destino e sua população (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003).

Diante dessa perspectiva, o ecoturismo está fortemente relacionado ao desenvolvimento sustentável. Pois, segundo a Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), o conceito de desenvolvimento sustentável propõe a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, é notável que o turismo praticado nestes locais deva causar o mínimo de impacto, ter aspectos interpretativos que busque a conservação e o entendimento do meio ambiente e da cultura dos locais visitados.

Wearing e Neil (2001, p. 68), afirmam que:

[...] o ecoturismo implica um foco sobre a natureza como motivação principal da viagem, para maior conhecimento e conscientização da natureza. Contudo, isso também implica a noção de que a atividade do ecoturismo pode contribuir positivamente para a conservação da área de turismo ou da comunidade anfitriã.

Wearing e Neil (2001) ainda asseguram que, o ambiente natural é fundamental para o ecoturismo. Os aspectos ecológicos, biológicos e físicos são o foco desta atividade, tendo em sua essência, não só a preocupação com a preservação destes recursos, como também com a conservação dos aspectos culturais e históricos do destino.

Mendonça e Neiman (2005, p.18) também veem o ecoturismo como melhor forma de interação entre o ambiente natural e as pessoas:

[...] a definição do ecoturismo prevê que os indivíduos possam entrar em contato com áreas naturais garantindo a sua sustentabilidade econômica e ecológica, incluindo-se aí suas populações tradicionais que assumem a responsabilidade de cuidar e, através de sua cultura, integrar-se a essas áreas de modo a preservar seu equilíbrio.

Neste sentido, deve existir um planejamento participativo e sustentável na utilização dos recursos naturais e culturais através do ecoturismo, já que, este se desenvolve de modo diferente do turismo de massa. Fomentando a adoção de posturas ecológicas não apenas dos autóctones, mas também de todo setor turístico. Atrelado a isso, é importante que o poder público crie leis e fiscalize a sua execução, além disso, as empresas privadas, as Organizações não-governamentais (ONGs) e instituições de ensino devem estar conectadas em prol de um só objetivo: a sustentabilidade do destino, para que o turismo se desenvolva trazendo benefícios para todos os envolvidos, agora e no futuro.

Este segmento do turismo, praticado em ambientes naturais, desperta um grande interesse nas ONGs ambientalistas, que perceberam uma possibilidade de compatibilizar desenvolvimento e conservação. Contudo, essas mesmas organizações apontam que um turismo mal planejado e sem condução oferece muitos prejuízos aos ambientes naturais e às comunidades tradicionais inseridas nas localidades e regiões onde essa atividade ocorre. Assim, as organizações passaram a exercer um papel relevante para que o trade turístico incorporasse princípios conservacionistas. (PHILIPPI JR; RUSCHMANN, 2010).

Conforme Beni (1999), o ecoturismo é uma denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado, iniciativa privada ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Os setores mencionados pelo autor possuem um papel fundamental no processo de planejamento do ecoturismo, tendo como objetivo comum para o desenvolvimento desta atividade de modo sustentável, a proteção ao ambiente natural.

O poder público tem sua atuação voltada para a criação de políticas de turismo; Legislação e regulamentação de normas que visem o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos aspectos culturais; Fomento da economia através de incentivos fiscais ao setor privado; melhoria da infraestrutura das regiões receptoras. Vale ressaltar, que o governo federal norteia as diretrizes para estados e municípios no que tange o desenvolvimento do ecoturismo.

Já a iniciativa privada, gera renda contribuindo para o crescimento econômico através do incremento da economia local, em contrapartida, existem empresas que se preocupam apenas com a lucratividade do setor.

É no sentido de intervir em busca da sustentabilidade do ecoturismo frente às organizações privadas e o governo que as ONGS se consolidaram no mundo inteiro.

Pertencente ao terceiro setor, as organizações não governamentais, tais como associações comunitárias, fundações, entidades filantrópicas etc., não possuem fins lucrativos, são autônomas e exercem uma função política perante a sociedade.

As entidades ambientalistas têm como objetivo a defesa do meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida das populações e o incentivo à sustentabilidade, ou seja, atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras suprirem suas próprias necessidades (MENDONÇA; NEIMAN, 2005, p. 109).

As ONGS desenvolvem o papel de delinear juntamente com os demais setores estratégias na busca pela proteção do meio ambiente e dos povos tradicionais. Mendonça e Neiman (2005) ratificam a importância das organizações não-governamentais no desenvolvimento do ecoturismo de modo sustentável, atuando como elo principal entre governo, iniciativa privada e sociedade na constante busca pela consciência ambiental, já que a essência do ecoturismo é a preocupação com o meio ambiente. Dessa maneira, Mendonça e Neiman(2005, p. 8), afirmam que:

[...] o ecoturismo permite trazer ao ecoturista uma ampla visão daqueles objetos, territórios, ambientes e povos visitados. Esta percepção é de mão dupla, permitindo que os “visitados” também enriqueçam sua visão do mundo. Este tempero é essencial para garantir, na prática da visita, aspectos conceituais fundamentais do ecoturismo, como a mais ampla interpretação da natureza e o envolvimento positivo com as populações visitadas.

O perfil dos adeptos do ecoturismo são jovens adultos, com elevado grau de instrução e em sua maioria são pertencentes à classe sociais com um maior poder aquisitivo. Os ecoturistas preferem locais ligados à natureza e às culturais tradicionais. O número de ecoturistas tem aumentado de maneira significativa. De acordo com o MTUR, os principais

sites de viagens revelam que os destinos de ecoturismo estão entre os mais procurados. Ainda segundo dados do Ministério do Turismo, 49% dos brasileiros pretendem viajar para a região nordeste em busca dessa maior interação com a natureza (BRASIL, 2017).

Geralmente, esses turistas vivem em grandes centros e buscam esse contato mais íntimo com ambientes naturais e exóticos, como forma de fugirem do cotidiano estressante. O alto nível cultural desses visitantes contribui para a preservação dos aspectos naturais e culturais da localidade.

Trata-se, assim, segundo Ruschmann (1999/2000), de um “novo turista” que se constitui em um nicho de mercado de pessoas ambientalmente conscientizadas que, na busca do contato com ambientes naturais preservados atuam no sentido da conservação do ecossistema visitado e contribuindo para a sua sustentabilidade.

À medida que o turista visita ambientes nativos em sua essência, obtém uma maior interação com a natureza permitindo uma visão interpretativa do lugar. Este entendimento implica na sensibilização e conscientização de uma nova postura frente ao meio ambiente. Como resultado disso surge uma mudança de comportamento do turista, pois este também passa a integrar esta corrente em busca da sustentabilidade ambiental e sociocultural.

Contudo, mesmo diante do perfil do “novo turista” deve existir uma preocupação intensa, tendo em vista o crescimento constante do uso para fins recreativos das áreas naturais, assim é imprescindível um amparo legal para estes locais. “Existem áreas de enorme importância que não estão protegidas [...]”(MENDONÇA; NEIMAN, 2005, p. 39), em outras palavras, a inexistência de proteção em algumas áreas pode acarretar graves danos. Por isso, algumas áreas devem ser consideradas como Áreas de Proteção Ambiental (APAs), ou seja, são locais com grande diversidade natural que podem ser utilizadas pelas pessoas, desde que sejam respeitadas as determinações legais.

No intuito de assegurar que todas as áreas naturais sejam protegidas foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). De acordo com a Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000:

[...] às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. São espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção de lei (BRASIL, 2000).

As UCs possuem como principal finalidade a salvaguarda dos inúmeros ecossistemas existentes no Brasil, além de contribuir para que os povos tradicionais residentes nas áreas naturais possam utilizar os recursos existentes de modo sustentável.

Segundo Mendonça e Neiman (2005, p. 18), “[...] o ecoturismo é hoje uma atividade que funciona como instrumento de aproximação entre o ser humano e o meio ambiente selvagem, principalmente em Unidades de Conservação”. Assim, percebe-se que a prática do ecoturismo, é a melhor alternativa para que haja conservação e preservação, tanto do ambiente natural, como também dos aspectos históricos e culturais das populações locais. De modo geral, ecoturismo fornece não só benefícios no que tange a economia, como também favorece o controle rigoroso a estas áreas protegidas.

Segundo Petrocchi (2009), a conservação de áreas naturais e o manejo de recursos sustentáveis são, portanto, essenciais para o planejamento, o desenvolvimento e o gerenciamento do ecoturismo. O modelo de planejamento ambiental adotado pelo ecoturismo requer estudos relacionados à capacidade de carga e suporte do local, manejo do impacto de visitantes, limitação de uso, zoneamento, sistemas de trilhas ecológicas, plano de utilização de taxas e encargos, capacitação profissional e educação ambiental.

Nesse contexto, todos esses fatores são muito importantes no processo de preservação dos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais. Todavia alguns demandam uma preocupação um pouco maior, que é o caso da capacidade de carga do destino e educação ambiental. Estes elementos incidem diretamente na mudança de atitude dos turistas, tornando-os mais conscientes acerca das questões ambientais.

No que concerne a capacidade de carga, o número de adeptos ao ecoturismo tem aumentado de modo considerável, por se tratar de uma prática que se opõe ao turismo de massa, surge à necessidade de estudos relacionados à capacidade de visitantes nas áreas naturais.

A OMT define *capacidade de carga* como o número máximo de pessoas que podem visitar – ao mesmo tempo – um destino de turismo sem agredir os meios físico, econômico e sociocultural e sem reduzir a qualidade da experiência da visita dos turistas (PETROCCHI, 2009, p. 303, grifo do autor).

Petrocchi (2009, p. 305) ainda diz que, as ações de estabelecimento de limitações ao crescimento da demanda visando preservar a qualidade ambiental do destino são, em geral facilitadas em duas condições:

- a) quando existem áreas de especial interesse ambiental, como parques naturais ou áreas protegidas pela natureza; e
- b) quando são revistos ou desenvolvidos processos de planejamento estratégico para o destino em questões de sustentabilidade em longo prazo são inseridos no contexto do planejamento e da gestão das atividades do destino.

Assim, as premissas da sustentabilidade devem nortear todo o planejamento do ecoturismo, fomentando desse modo a ideia de proteção e conservação dos meios visitados, satisfazendo assim, não só as necessidades dos visitantes, como também da comunidade anfitriã.

Portanto, o planejamento desta atividade deve enfatizar os seguintes aspectos:

- a) a adoção de medidas rigorosas no que tange a preservação e conservação dos recursos naturais;
- b) a realização de estudos de capacidade de carga, para que o uso desenfreado do destino não cause problemas ao ambiente natural, este estudo também pode ser realizado de maneira preventiva;
- c) inserir códigos de condutas no que tange o ecoturismo, tanto para os turistas e residentes, como para o *trade* turístico;
- d) assegurar que a iniciativa privada estabeleça a sustentabilidade nos novos empreendimentos a serem construídos no ambiente natural;
- e) proporcionar aos visitantes o acompanhamento de condutores locais nas visitas aos atrativos turísticos;
- f) inserir os autóctones no desenvolvimento da atividade turística. Além de sensibilizá-los não apenas da importância que o turismo possui para a economia local, como também da necessidade da preservação dos recursos naturais, históricos e culturais.

A ótica da sustentabilidade desperta reflexões de turistas e anfitriões sobre a necessidade da utilização de forma sustentável dos recursos naturais, culturais e históricos, contribuindo assim para que as futuras gerações também possam usufruir de todo este legado.

O ecoturismo é tanto educação ambiental e promoção de atitudes e comportamentos que conduzam à manutenção dos ambientes naturais e do fortalecimento de comunidades receptoras, quanto a promoção de uma indústria sustentável. Portanto, pode-se dizer que o ecoturismo apresenta três objetivos principais: sustentabilidade,

conservação e fortalecimento da comunidade receptora (HAYWOOD, 1998 apud WEARING; NEIL, 2001).

Desse modo, essa proposta de desenvolvimento sustentável atrelada ao ecoturismo desperta uma nova maneira de interpretação e entendimento do meio ambiente. Levando o turista a refletir acerca de suas posturas, não só em relação ao meio ambiente, como também a sua própria vida cotidiana, esse entendimento se dá no ecoturismo através da educação ambiental.

3.1.1 Educação Ambiental

Através da prática do ecoturismo fomenta-se a formação de uma consciência ambientalista que se estabelece não apenas por meio de simples práticas sustentáveis, que vão desde uma ação de coleta de lixo no meio ambiente até o pagamento de taxas para a visitação em Unidades de Conservação, porém somente a educação ambiental conseguirá contribuir para a evolução humana no que diz respeito às questões ambientais.

Assim, a Educação Ambiental (EA) de acordo com Mendonça e Neiman (2005) nasce com a tarefa de ajudar a resolver os problemas ambientais, preparando os indivíduos para uma atuação mais compreensiva e responsável em relação ao mundo em que vivemos. Segundo os referidos autores, o termo EA teve seu surgimento através da primeira Conferência Mundial sobre o Meio Humano e Desenvolvimento, que aconteceu em Estocolmo, na Suécia em 1972. As questões ambientais foram então inclusas nos debates mundiais. Após este grande evento, outros encontros foram realizados.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou em 1975, na cidade de Belgrado, Iugoslávia, o Primeiro Encontro Internacional de educação ambiental. Neste evento reuniram-se especialistas do mundo inteiro para discutir a respeito da educação ambiental, o resultado disto foi a “Carta de Belgrado”, documento final que se refere ao poder da EA no combate a crise ambiental.

Um dos principais objetivos originados desta carta foi a criação de um programa de educação ambiental que viabilize o desenvolvimento de novas condutas para a melhora da qualidade ambiental.

Segundo Dias(2003b, p.175), o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), que formulou os principais princípios orientadores da EA, afirmando que ela deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltadas para os interesses

nacionais. Este programa estabelece algumas diretrizes gerais, principalmente que ela deveria ser de enfoque interdisciplinar, escolar e extraescolar que envolva todos os níveis de educação e esteja dirigido ao público em geral.

Também a Conferência de Tbilisi sobre a EA organizada pela UNESCO com a cooperação do PNUMA em 1977 na antiga União Soviética, foi muito importante no que se refere às questões ambientais. Conforme Dias (2003b, p.175), o resultado deste evento foi a Declaração Intergovernamental de Tbilisi sobre a Educação Ambiental, o documento contém 41 recomendações relacionadas ao tema.

Todos estes eventos mencionados foram fundamentais no processo de preservação do meio ambiente. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, somente em 1997 foi realizado no Brasil, um evento relacionado a esta temática. A Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental que aconteceu em Brasília lançou a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, onde o ecoturismo é citado (BRASIL, c2018).

Entretanto, somente em 1999 foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.765 de 27 de abril de 1999, é importante ressaltar que esta lei foi regulamentada apenas em 25 de junho de 2002. Nesse contexto, a lei diz que Educação Ambiental são:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum, essencial à qualidade de vida e sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Por consequência disso, a EA passa a ser utilizada em diferentes áreas, não somente em locais naturais. Assim, um dos principais objetivos da educação ambiental é educar os indivíduos quanto ao uso racional dos recursos, e assim, tentar minimizar os problemas ambientais.

A educação ambiental se apresenta de modo formal e informal. Neste âmbito, o ecoturismo enquadra-se na educação ambiental informal, visto que este segmento do turismo agrega em sua prática ações que visam à conscientização e sensibilização dos turistas e residentes acerca do incremento de uma consciência ecológica. A EA não formal é alcançada de modo significativo conscientizando a coletividade acerca das questões ambientais.

Já a educação formal, é instituída nos currículos das instituições de ensino pública e privada em todos os níveis. Outrossim, a EA dentro dos parâmetros da política nacional da educação ambiental, deve nortear todas as práticas e ações relacionadas ao ambiente natural de modo obrigatório.

O ecoturismo necessita de ambientes naturais para se desenvolver, na maioria das vezes ecossistemas frágeis, que demandam ações que viabilizem a conservação e preservação dos recursos naturais. O envolvimento de todos nesse processo de sustentabilidade do destino, seja através da EA formal ou informal é fundamental. Nesse sentido, é preciso que todos estejam conscientes da contribuição de cada um para preservação dos espaços naturais e dos aspectos históricos e culturais das populações tradicionais pertencentes a esses lugares.

A experiência do ecoturismo pode fazer isso: criar oportunidades para novas formas de pensar e abrir espaços para ações criativas, que possam garantir a todos uma experiência transformadora. O ecoturismo possibilita uma vivência, indo muito além do alcance das explicações. Se ela for positiva e bem elaborada, provavelmente deixará no indivíduo a certeza de que é possível a construção de novas relações com o mundo (MENDONÇA; NEIMAN, 2005, p.156).

Diante do que foi exposto, nota-se que a EA é uma importante ferramenta na mudança de paradigma, onde a sustentabilidade pode ser utilizada como fator de desenvolvimento da atividade turística. De modo geral, o seu objetivo principal, é sensibilizar os atores sociais na formação de uma consciência ecológica. Instigando-os a interpretar o meio ambiente, de modo que o indivíduo se interesse cada vez mais pelas questões ambientais, garantindo assim, que a relação homem e meio ambiente seja harmônica e duradoura.

Em síntese a sustentabilidade deve permear todas as atividades humanas. Entretanto, no turismo deve ser uma constante, tendo em vista que o turismo é, muitas vezes, desenvolvido em ambientes naturais, portanto deve ser embasado na sustentabilidade, que pode ser alcançada por meio da inserção da prática do ecoturismo e do adequado planejamento do destino.

Trazendo essa discussão para o Maranhão, em especial para a cidade de Raposa, percebe-se que é um destino turístico rico em belezas naturais. Assim requer um planejamento participativo e que busque a sustentabilidade como fator de desenvolvimento. Dentro desta perspectiva, o município em questão será abordado no capítulo a seguir.

4 O MUNICÍPIO DE RAPOSA-MA

A cidade de Raposa encontra-se localizada na mesorregião do norte maranhense e microrregião do aglomerado de São Luís (ver Anexo A). Limita-se ao norte e leste com o Oceano Atlântico e ao sul pelo município de Paço do Lumiar. Raposa está situada a aproximadamente 28 quilômetros da capital do estado do Maranhão, São Luís.

O acesso a cidade se dá por mar (através da orla marítima, passando pelas praias da Ponta da Areia, São Marcos, Calhau, Olho D'água e Araçagy, indo até o igarapé denominado “Nunca Mais” no município) também por meio de embarcações que saem dos portos vizinhos dos municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e São Luís. Por terra é possível chegar à cidade pela rodovia MA-203. Os meios de transportes utilizados para chegar a esta cidade são motocicleta, carro e transporte público que é realizado por empresas locais que compõem o sistema de transportes urbano de São Luís, com as linhas Raposa/Araçagy, Raposa/Terminal COHAMA, Raposa/Ribamar e Raposa/Maioba, além da linha Metropolitana que sai da cidade até o Centro da capital.

Acerca da formação histórica do município, existem diversas lendas, mas, segundo contam alguns antigos moradores, o nome da cidade originou-se do grande número de raposas existentes neste lugar. De acordo com A Biana (2007), desde os primórdios, já habitavam a cidade as Raposas, animal de pequeno porte e grande predador de aves, desse modo relaciona-se o nome da cidade à grande presença desses animais.

Esta versão para o surgimento do nome da cidade é difundida pela maioria dos moradores. Em relação ao processo de povoamento da cidade, iniciou-se na década de 50, quando alguns retirantes cearenses com o intuito de fugir das grandes secas nordestinas, ocuparam a praia da Raposa, estes migrantes eram oriundos principalmente do município de Acaraú. Antônio Pucal e José Martins foram os primeiros moradores da praia. Eram pescadores na pequena vila, e utilizavam currais para pescar, essa técnica é bem rudimentar, além da arte da pesca, trouxeram através de suas mulheres as rendas de bilro.

Desse modo, originou-se a cidade de Raposa. A então Vila de pescadores pertencia ao município de Paço do Lumiar, somente em 1994, no dia 11 de novembro, através da Lei Estadual Nº 6.132, a cidade foi emancipada e elevou-se a categoria de município, conforme afirma a Biana (2007).

Em outubro de 1996, foi eleito o primeiro prefeito da cidade, José Laci de Oliveira. Após o primeiro pleito eleitoral, o Sr. José Laci foi reeleito em 2000. Já, Onacy Vieira Carneiro tornou-se prefeito da cidade em 2004 e, também concorreu à reeleição obtendo êxito nas eleições

de 2008. Em 2012, Clodomir Oliveira assumiu o comando da cidade. O resultado das últimas eleições municipais em 2016, tornou a Sra. Thalyta Medeiros de Oliveira a primeira mulher a ocupar a prefeitura do município. Todos estes aspectos históricos, culturais e políticos contribuíram para a ordenação da cidade e fortalecimento do seu povo.

A cidade se caracterizou como a maior colônia de pescadores do estado do Maranhão e de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada da cidade é de 30.863 pessoas. A maioria da população depende da pesca, que é sua principal atividade econômica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

Em relação aos aspectos econômicos, além da pesca, outras atividades também incrementam a economia local, bem como, pequenos estabelecimentos comerciais tendo por exemplo supermercados, farmácias entre outros. A venda de produtos artesanais (Figura 1) nas praças e em algumas casas (Figura 2) da Avenida Principal, onde são comercializados: toalhas de mesa, panos de prato, passadeiras, saídas de praia, chapéus, cortinas, além de uma série de outros artefatos confeccionados em renda de bilro, este local ficou conhecido como Corredor das Rendeiras. Entretanto, nos últimos dois anos houve mudanças significativas nas habitações que caracterizavam o corredor das rendeiras.

Figura 1 – Venda de produtos artesanais/Praça Viva Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Figura 2 – Comercialização de artesanatos, Av. Principal/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Neste contexto, o turismo também é uma atividade econômica exercida no município, porém, ainda é desenvolvida de maneira singela. Em tempos remotos a cidade de Raposa apresentava um conjunto urbanístico de casas de madeira, tipo palafita (Figura 3), que ganha valor patrimonial e cultural, porque está associado há um tempo passado. De acordo com Iphan, o artigo 216 da Constituição Federal conceitua patrimônio cultural como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, a ação, à memória da sociedade brasileira. Porém, como o passar do tempo as palafitas deram lugares às casas de alvenaria. Além disso, os recursos naturais (Figura 4) oportunizam o ecoturismo, turismo de sol e mar e turismo náutico (Figura 5).

Figura 3 – Palafitas/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Figura4– RecursosNaturais/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Figura 5 – Embarcação utilizada para o turismo náutico/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Os recursos naturais atrelados ao artesanato tornam o município uma destinação de grande potencial. Por outro lado, para que a cidade se torne um destino turístico rentável e sustentável, a localidade deve não apenas, estar bem estruturada e organizada no que tange os produtos turísticos nos quais se complementam e formam a oferta turística local, como também, o município necessita que a infraestrutura básica da cidade, tais como transporte, estradas, serviços de utilidade pública (saneamento básico, eletricidade e comunicações, saúde, segurança e educação), atendam de maneira satisfatória não só os moradores da cidade, bem como os turistas.

Nesse sentido, a prefeitura municipal em parceria com o Governo Estadual realizou melhorias nas ruas, avenida principal, porto e praças do município (Figura 6 e 7).

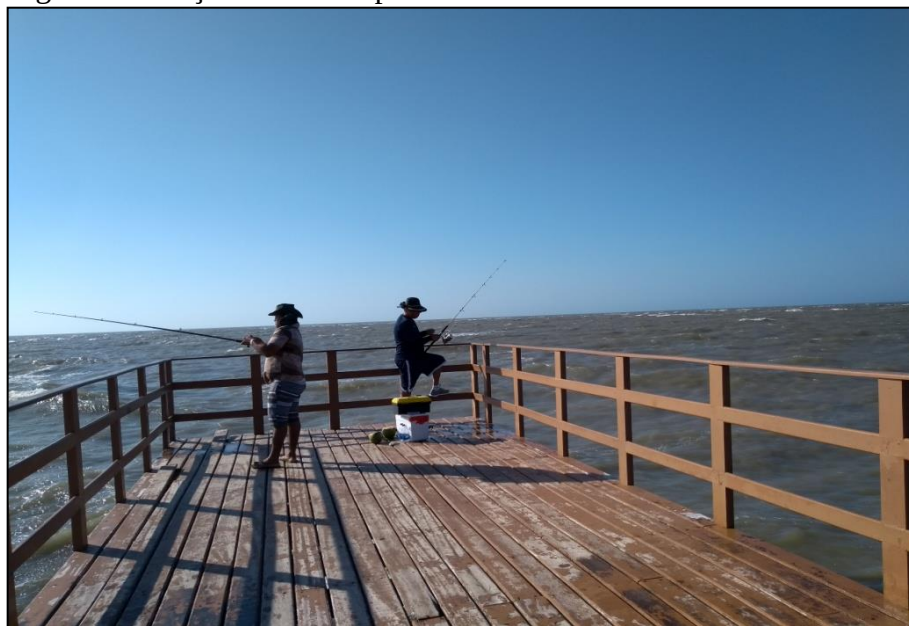
Além disso, implantaram algumas placas de sinalização turística no destino (Figura 8). Apesar de seu grande potencial para a prática do turismo, observa-se muitos problemas, tais como a falta de saneamento básico, acessibilidade, sinalização das principais vias, falta de informações ao visitante entre outros. Contudo, houve melhorias consideráveis no Cais da cidade e Porto do Braga, beneficiando os residentes, turistas e *trade* turístico.

Figura 6 – Praça do Viva/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Figura 7 – Praça do Viva/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Figura 8 – Sinalização Turística/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Para mudar é esse quadro, entende-se que o poder público, empresas privadas, instituições de ensino, ONGS e a comunidade residente necessitam estar inserida em um planejamento que tenha a sustentabilidade como fator de desenvolvimento da cidade. Ademais, faz-se necessário melhorar a imagem do destino, preocupar-se de modo contínuo com a infraestrutura básica e turística, ainda também, é necessário elevar o nível dos serviços oferecidos, bem como a hospitalidade e segurança.

4.1 Potencialidades turísticas do município de Raposa

O município de Raposa possui inúmeros atrativos naturais (Figuras 9, 10 e 11), apesar de seu pequeno território, aproximadamente 66,280 km². Onde se destacam a sua biodiversidade, além, do modo de vida peculiar da comunidade local.

Os ecossistemas predominantes na cidade são os costeiros, que de acordo com Mendonça e Neiman (2005, p.37) estão presentes em toda a costa brasileira, constituem esses ecossistemas dunas, praias, brejos, baías, ilhas, manguezais, restingas e etc. A localização dos manguezais e restingas incide na exploração descontrolada destes ecossistemas pela população, tendo em vista que, as pessoas ocupam estas áreas naturais para construírem suas moradias. Essas ações são muito frequentes no município de Raposa, em consequência disso, estes ecossistemas tendem a tornarem-se escassos, afetando assim o bioma local.

Diante dessa riqueza ecológica, é altamente propício para diversos segmentos do turismo. Por entender que o Ecoturismo é uma prática que proporciona aos seus adeptos um contato mais íntimo com a natureza e os povos nativos, tendo em sua essência a necessidade de ser uma atividade sustentável. Nota-se que é uma excelente opção para ser realizado na cidade de Raposa.

Figura 9 – Atrativos naturais/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Figura 10 – Atrativos Naturais/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Figura 11– Atrativos naturais/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

A sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural deve ser prioridade em todas as ações realizadas no destino turístico. Nessa perspectiva, o ecoturismo possui um papel de ligação entre o visitante, a comunidade e o ambiente natural, levando-os a uma consciência que os recursos naturais, econômicos, históricos e culturais das comunidades residentes precisam ser preservados.

Segundo a Organização Mundial do Turismo(2003), o ecoturismo, em particular, “[...] tem potencial para o desenvolvimento em áreas locais que ofereçam ambientes naturais

ecologicamente interessantes, as quais, muitas vezes, estão combinadas a colônias de povos étnicos tradicionais”.

Com uma biodiversidade exuberante, o município de Raposa é muito procurado por turistas que possuem como maior motivação a interação com a natureza através do ecoturismo. A exploração desta atividade na cidade, se dá por meio de passeios náuticos, observação de pássaros, e realização de trilhas. As principais agências locais responsáveis por estas atividades são a Foxtur Transporte Turismo, Nativos, Jânio Tour Receptivo e Turismo e Turismangue Passeios Ecológicos.

As mais diversas espécies de pássaros vistos nas margens dos inúmeros igarapés raposenses, somando a sua riqueza em peixes e com seu artesanato único, transformam a cidade como um excelente destino ecológico. A realização de passeios náuticos (Figura 12 e 13) e outras tantas opções de lazer e entretenimento que a cidade oferece torna a Raposa um destino que se bem estruturado e planejado na perspectiva da sustentabilidade, poderá desenvolver-se, e alavancar a economia local.

Figura 12 – Passeio náutico/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Figura 13 – Embarcações/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Em suma, a cidade possui atrativos naturais tais como: ilhas, mangues, igarapés, dunas, fauna, flora e praias. Em primeiro lugar, faz-se uma breve descrição das principais praias, destacando a praia de Itaputiua que é uma praia explorada para a realização de trilhas ecológicas.

- a) Praia da Raposa: estar imprópria para. É realizada a pesca de pequenos peixes; O canal dá acesso a inúmeros atrativos como as Fronhas Maranhenses;
- b) Praia das Pedras: é uma praia deserta com vegetação costeira e de mangue, e é separada da praia de Olho de Porco através do igarapé Nunca Mais. Possui 4 km de extenso de praia e 6 km banhados pelo mar, além disso, suas águas possuem grande profundidade aproximadamente 5 metros;
- c) As praias de Curupu, Canto e Carimã compõem a Ilha de Carimã. A ilha detém 18 km de dunas e alguns vilarejos de pescadores. Possui uma rica flora composta por inúmeras árvores frutíferas. O acesso é realizado

através do igarapé do Curral por lancha, com aproximadamente uma hora de duração, ou pelo Porto do Braga por meio do rio das pedras.

- d) Praia do Canto: localiza-se logo depois da praia de Carimã é composta por dunas, possui vários tipos de pássaros em sua fauna como as aves marinhas Atis, mais conhecidas como gaivotas entre outras;
- e) Praia do Curupu: é uma praia que possui vegetação costeira e totalmente deserta com areias finas e de águas profundas devido a sua localização à beira da baía, com 20 metros de profundidade, entretanto é imprópria para banho. A praia localiza-se a 30 minutos da Raposa tendo seu acesso por barco ou a pé (quando a maré está seca);
- f) Praia de Carimã: estima-se que esta praia possua 5 km de extensão, suas dunas são cobertas pela vegetação costeira, além disso, possui lagoas formadas no período das chuvas, assim como a praia anteriormente citada é deserta e tranquila, sendo propícia para acampamento e pesca;
- g) Praia de Mangue Seco: é uma praia ainda pouco explorada seu acesso é pouco conhecido e é realizado através de caminhos de mangue, é apropriada para banho. Pela pouca demanda possui poucos estabelecimentos comerciais, composta pelos autóctones, desse modo, constitui-se em excelente cenário para que seja explorado o ecoturismo de forma sustentável;
- h) Praia do Pucal: esta praia está localizada à esquerda da praia da Raposa, possui aproximadamente 6 km de extensão, é apropriada para banho apesar do fato das águas tornarem-se barrentas durante o período chuvoso. O acesso é feito por barco, porém, quando a maré está baixa pode ser feito a pé atravessando o igarapé;

Como vemos, a orla da cidade é bem diversificada, com várias opções para visitas. Contudo, destaca-se a Praia de Itaputiua ou Ilha de Itaputiua fica localizado numa vila de pescadores. Possui 30 km de extensão é de difícil acesso, sendo as únicas formas de chegar a ilha, de barco ou a pé em aproximadamente 30 minutos de caminhada saindo do Jussara bairro próximo da praia. O atrativo é rodeado de mangues, é tranquilo e frequentado pelos moradores da cidade e por turistas. O nome Itaputiua é de origem indígena e seu significado deriva de dois nomes, “ita”: pedra e “putiua”: grande caminho, logo, a junção

destas palavras formam a definição do nome desta praia “Grande caminho de pedras (Figura 14).

Figura 14 – Grande caminho de pedras, Itaputiua/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

O enfoque maior por esta praia se dá pela realização do ecoturismo no local através de trilhas ecológicas. “O objetivo das trilhas de uso público em áreas naturais é suprir as necessidades recreativas, de maneira que o ambiente seja mantido estável e ofereça aos visitantes segurança e conforto” (MENDONÇA; NEIMAN, 2005, p.132). As trilhas permitem que durante a caminhada os visitantes tenham uma maior interação com os ecossistemas existentes, ao longo do percurso, o condutor local irá estimular o indivíduo a refletir acerca da importância da preservação ambiental.

A praia de Itaputiua é um excelente atrativo, principalmente por possuir poucos habitantes. A prática do ecoturismo se dá na localidade, mesmo de forma incipiente, por meio de visitas em trilha (com duração de aproximadamente 1 hora e meia), passeios náuticos e observação de pássaros.

As trilhas são os únicos meios de acesso à Ucs; oferecem oportunidades do contato com a natureza e suas belas paisagens e lugares, favorecendo a criação de um sentimento de preservação pelo ambiente. Portanto, uma trilha bem planejada promove momentos de mudança de valores, princípio básico da educação ambiental. Apesar desse princípio, percebe-se que há uma carência muito acentuada de UC e áreas preservadas que realmente se preocupam com esses equipamentos básicos de lazer e recreação: as trilhas (MENDONÇA; NEIMAN, 2005).

Os ecossistemas predominantes na trilha em Itaputua são igarapés, nascentes, praias, manguezais, estes com maior predominância. Logo, observou-se nessas áreas de trilhas a presença expressiva de diferentes espécies de mangues. Dentre eles: o Vermelho, mais conhecido no litoral; Seriba, este tipo de mangue forma uma segunda linha acompanhado as margens dos rios; branco ou manso e botão, ocorrem de modo espaçado e na maioria das vezes em locais bastantes arenosos. Estes manguezais são conhecidos como berçários, por possuírem diferentes espécies de animais como caranguejos Maraconim e aves tais como as Ardeidae (garças) e Eudocimus (guarás) que utilizam os manguezais para procriação.

Também se pode contemplar nas trilhas a riqueza da flora local, podem ser encontradas nos percursos árvores frutíferas como: os pés de murici, buriti, Juçara, caju, goiaba, manga entre outras, além disso, se encontra também a presença de diversas outras espécies, por exemplo, o babaçu, capim, janaúba, mandacaru, tucum. Estes recursos da flora são utilizados pelos moradores como fonte de subsistência, daí nota-se a importância da conscientização dos autóctones do uso sustentável dos recursos.

Em relação à fauna observada nesta trilha, destaca-se a vasta gama de caranguejos, como já foram citados, estes são encontrados nos solos dos mangues, já as ostras encontram-se nos troncos submersos. Existe também, uma grande quantidade de peixes, que são originários do mar penetrando nos manguezais após a cheia das marés. Ainda podem ser encontrados nas trilhas outros animais, especialmente os pássaros, tais como os Eudocimus (guarás), Calidris Pusilla (maçaricos), Turdus (sabiás) e Harpia (gaviões). De acordo com condutores locais as visitas nas trilhas dependem de como a maré se encontra.

A trilha ecológica da praia de Itaputua (Figura 15 e 16) pode ser considerada interpretativa por possuir no decorrer de seu percurso diferentes elementos naturais e fatores atraentes para interpretação ambiental, significantes para o desenvolvimento do ecoturismo no município de Raposa. Dessa maneira, as atividades propostas nas trilhas do município da Raposa devem estar pautadas na proteção e conservação dos ecossistemas existentes, e também na conscientização e sensibilização da população local e dos turistas sobre o desenvolvimento sustentável da atividade.

Figura 15 – Trilha de Itaputiua/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

Figura 16 – Trilha de Itaputiua/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018.

No que tange as práticas de ações sustentáveis, conforme o condutor local Murilo Rocha durante a realização da trilha ele expõe aos visitantes a importância da proteção do meio ambiente natural, especialmente por se tratar de ecossistemas frágeis e matas nativas. Quando questionado acerca da existência de projetos relacionados à educação ambiental tanto por parte do poder público, quanto do *trade* turístico local, o mesmo respondeu que até o

presente momento os únicos projetos direcionados a temática em questão, era o de sua própria autoria, um dos projetos é intitulado “Os verdinhos”, este projeto iniciado acerca de seis anos no município de Raposa estimula através de suas atividades, novas reflexões sobre o meio ambiente, tendo em vista que, através de seus alunos conscientizam a população local e os turistas que os recursos naturais são limitados, portanto, é vital para o meio ambiente que todos atuem de maneira conjunta na preservação e conservação do ambiente natural (Figura 17 e 18).

O projeto criado conta com a participação de jovens com faixa etária entre 14 a 21 anos da comunidade, estes atuam como multiplicadores da educação ambiental na cidade, realizando atividades de sensibilização e conscientização dos turistas e autóctones sobre a necessidade de praticar ações sustentáveis e socialmente responsáveis.

Nos dias atuais, o projeto realiza ações esporádicas de limpeza dos atrativos naturais. O condutor diz que, existe outro projeto, onde são reservados alguns assentos nas embarcações para alunos da rede pública municipal de ensino, com o objetivo de conscientizar da riqueza natural da cidade e da importância de preservá-lo.

Figura 17 – Verdinhos em ação



Fonte: Murilo Rocha, 2018.

Figura 18 – Jovens integrantes do projeto recolhendo lixo da praia



Fonte: Murilo Rocha, 2018.

Decerto, somente através de tais iniciativas juntamente com políticas públicas voltadas ao turismo sustentável, teremos o desenvolvimento do turismo em longo prazo na cidade. Dessa maneira, as atividades propostas nas trilhas do município da Raposa estão pautadas na proteção e conservação dos ecossistemas existentes e na conscientização e sensibilização da população local e o dos turistas sobre o desenvolvimento sustentável da atividade. Contudo, é fundamental que os gestores públicos atuem de maneira eficaz no intuito, de criar programas e ações em prol da atividade turística.

No que tange o setor público, existe uma preocupação com as questões ambientais e com a necessidade de criar ações que visem sensibilizar os visitantes e a população local, acerca do descarte irregular do lixo nas ruas e áreas naturais, inclusive com fixação de placas nas principais áreas de proteção ambiental (Figura 19). Segundo o Secretário do Meio Ambiente Sr. Patrício Filho, em parceria com o Secretário de Turismo Sr. Edson Duarte, estão sendo realizadas mutirões para a coleta de lixo nos atrativos naturais, também de forma simultânea, realiza-se projetos de conscientização ambiental nas escolas da rede pública de ensino em conjunto com a Secretaria de Educação do município.

Figura 19 – Placa sinalização ambiental/Raposa-MA



Fonte: Rosiane Santos, 2018

Ainda em relação à gestão pública, constatou-se a parceria com o SEBRAE-MA que realiza o projeto Cadeia de Valor do Turismo na Regional São Luís. Em Raposa o projeto abrange 22 empresas entre bares, restaurantes e agências de passeios náuticos. A proposta do

SEBRAE é incentivar o Turismo de Experiência. A gestão municipal apresenta informações importantes em relação ao turismo local no site da prefeitura. Todavia, ainda não existe em prática um grande projeto em relação ao desenvolvimento do turismo na cidade.

4.1.1 Análise *SWOT*

A cidade de Raposa destaca-se pelas belezas naturais, e demanda políticas, planos e estudos que viabilizem o controle rigoroso das visitas e a conservação e preservação do atrativo turístico, contribuindo assim, para o aumento da consciência ecológica diminuindo os impactos negativos.

Conforme o que foi exposto, a Raposa é um pequeno município com grande potencial turístico. Porém, para que este seja um destino turístico estruturado, requer um bom planejamento. A realidade que se encontra o destino em questão deve servir de parâmetro para as ações delineadas no planejamento. Assim, o diagnóstico é fundamental neste processo.

De acordo com Petrocchi (2009, p. 118):

[...] a metodologia do planejamento prevê a elaboração de um diagnóstico, que é uma síntese das análises procedidas. O diagnóstico reúne informações básicas da análise de mercado, das oportunidades e ameaças, dos atrativos turísticos e dos pontos fortes e fracos do destino.

Uma das mais importantes fases do planejamento é a execução do diagnóstico. Através deste, é possível apontar as potencialidades deste atrativo e as prováveis limitações. Deste modo, os resultados adquiridos orientam acerca da formulação de propostas de ações e estratégias para solucionar os problemas existentes ou prevenir os futuros.

Para Petrocchi (2009, p. 111), a técnica *SWOT*, é uma ferramenta importante para identificar os pontos fortes internos ao destino, os seus pontos fracos, as oportunidades do meio envolvente e as suas ameaças.

A matriz *SWOT* pode ser compreendida como estrutura conceitual para o diagnóstico sistemático, sobretudo facilitar a comparação das ameaças e oportunidades externas com as forças e as fraquezas internas do destino.

As ameaças correspondem aos fatores externos que podem por em risco o aproveitamento de um determinado ponto forte deste destino, pode enfraquecê-lo apresentando aspectos negativos para o futuro. Oportunidades são situações externas existentes no presente que podem proporcionar no futuro melhor aproveitamento de algum recurso. Acerca dos pontos fortes, pode-se afirmar que são elementos internos favoráveis e

que estão constantemente presentes, sendo as singularidades de cada localidade. Em se tratando dos pontos fracos conceituam-se como as carências e limitações internas do destino.

Portanto, com base na realidade do município Raposa-MA, a análise foi realizada acerca das potencialidades turísticas do destino. Apresenta-se a seguir o resultado desta análise (Quadro 4):

Quadro 4 –Raposa-MA(Destino)

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
a) Aumento de turistas domésticos em busca do turismo de natureza no Nordeste; b) aumento do crescimento econômico no Brasil, através da geração de emprego e renda oriundos de empresas criadas para dar suporte ao ecoturista; c) a riqueza de ecossistemas brasileiros atrai turistas internacionais; d) criação de Parques nacionais.	a) Segurança pública ineficaz; b) poucos investimentos ao setor do Turismo; c) violência; d) drogas e prostituição; e) descaso por parte do setor público; f) escassez de projetos voltados para a educação ambiental.
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
a) Existência de Recursos naturais; Existência de Recursos culturais e históricos (gastronomia, artesanato, tradições e costumes locais); b) localização privilegiada, já que está localizada a 28 quilômetros da capital maranhense.	a) Carência de programas de capacitação profissional para a população local, no que tange à atividade turística; b) falta de conscientização da comunidade acerca do turismo; c) insuficiência de apoio para o setor turístico; d) infraestrutura viária e básica do destino deficiente; e) sinalização turística escassa; f) poluição ambiental; g) falta de controle no que diz respeito à capacidade de carga.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa maneira, perante o que foi exposto apesar do município apresentar diversas oportunidades e pontos fortes, observa-se claramente que as ameaças e pontos fracos se sobressaem, principalmente pela ausência de um bom planejamento do poder público, e pela falta de consciência da comunidade em relação ao turismo, que comprovou-se através das entrevistas realizadas como os moradores da cidade, que ao serem questionados sobre a implantação do Turismo Sustentável como ferramenta de desenvolvimento do município, responderam que sim, entretanto, algumas pessoas não tinham conhecimento da importância do turismo para a cidade.

Já os pequenos empresários locais, possuem a percepção da importância do turismo como indutor da economia local. Porém, acham que deveria existir apoio do setor público em relação à atividade.

Assim, para melhorar a situação que o destino se encontra, antes de tudo, sugere-se melhorar a imagem do destino em relação à violência e drogas. Em seguida deve-se elevar

o nível de satisfação tanto dos moradores, quanto dos turistas no que diz respeito à melhoria da infraestrutura de modo geral e da qualidade dos serviços ofertados. Bem como a valorizar os recursos naturais, históricos e culturais. Recomenda-se fomentar o ecoturismo e adotar a educação ambiental como forma de preservar e conservar o meio ambiente natural.

Assim, considera-se a implantação de um planejamento integrado e participativo que contemple as premissas da sustentabilidade, desenvolvendo dessa forma, condições para o crescimento da atividade de modo sustentável melhorando a qualidade de vida da população local atual e futura.

Através da participação dos setores públicos, *trade* turístico e comunidade local de forma conjunta, e a efetivação de políticas e projetos que fomentem o desenvolvimento da atividade turística sustentável, o destino turístico e seus atrativos podem ganhar mais oportunidades no cenário turístico local e nacional.

Segundo PhilippiJr. e Ruschmann (2010), a elaboração de planos e implementação de projetos ecoturísticos, deve ter como objetivo primordial a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e a conservação do meio ambiente. Sabe-se que é uma realidade ainda distante, entretanto, nada é impossível, sobretudo pelo fato da cidade possuir potencial para o desenvolvimento do turismo.

Portanto, defende-se o desenvolvimento do ecoturismo em Raposa-MA, pois considera-se que o município possui todos os requisitos para a exploração deste segmento do turismo. Além do que, o ecoturismo é capaz de fomentar a criação de uma nova perspectiva sobre a preservação e conservação do meio ambiente, não apenas para os visitantes, como também dos residentes.

Em síntese, a análise *SWOT* realizada tanto no destino, como nos atrativos turísticos, conclui que, a cidade tem grande potencial turístico, porém, o município precisa se adequar as demandas do mercado turístico, para que a sustentabilidade da cidade de Raposa possa ser indutora do desenvolvimento da região.

Após o resultado desta análise, apontam-se algumas ações que podem ser executadas para solucionar ou prevenir possíveis problemas tanto para o destino como também para os atrativos:

- a) apoio efetivo do poder público ao setor turístico;
- b) realização de melhorias imediatas nos serviços de iluminação pública, limpeza pública, saúde, educação e segurança;

- c) implantação de um sistema eficiente de sinalização urbana e turística na cidade;
- d) melhoria da qualidade dos equipamentos turísticos;
- e) realização de parcerias público-privadas para melhor desenvolver a atividade turística;
- f) implantação de uma política de turismo que priorize o desenvolvimento sustentável da atividade;
- g) inserção da comunidade residente no planejamento do turismo;
- h) conscientização da comunidade autóctone acerca da importância da atividade turística;
- i) criação de programas educacionais para a conscientização da população acerca da importância do turismo;
- j) sensibilização da comunidade e os turistas sobre a importância do desenvolvimento do turismo sustentável;
- k) fomento do ecoturismo;
- l) criação de programas e projetos voltados para a preservação dos atrativos naturais;
- m) capacitação para o *trade* turístico e inclusão da mão de obra local na atividade turística;
- n) criação de centro de informação turística;
- o) divulgação do destino turístico com ênfase para suas belezas naturais.

Em síntese, o enfoque do turismo sustentável passou a ser fundamental na realização da atividade turística. Quando se trata de destinos em que a natureza é o principal atrativo, isso se torna crucial. O Brasil já figura no cenário mundial, como o país mais rico em diversidades de ecossistemas. Segundo dados da Embratur, o segmento do turismo voltado para a natureza representou 16,6% das viagens de lazer, esse crescimento se dá pelo fato de possuir um dos principais ativos de competitividade turística: a natureza.

Como se percebe, é fundamental empreender o turismo sustentável nesses destinos. Em vista disso, o município de Raposa-MA, rico em recursos naturais e culturais, possui potencial para o fomento do ecoturismo na cidade. Entretanto, o município necessita de medidas políticas, tanto para incentivar a exploração da atividade, como para melhorar os indicadores sociais.

Desse modo o fomento do ecoturismo em Raposa-MA, se devidamente planejado, poderá trazer diversos benefícios para o meio ambiente e também para a população local, tais como:

- a) implantação de Programas para o Desenvolvimento do turismo;
- b) expansão da economia local através do ecoturismo;
- c) geração de emprego e renda para os autóctones;
- d) formação da consciência ambiental através da Educação Ambiental;
- e) melhoria na qualidade de vida da população local;
- f) preservação ambiental e sociocultural.

Portanto, o desenvolvimento do ecoturismo no município Raposa-MA se promovido de forma sustentável. Contribuía não apenas, para a preservação e conservação dos aspectos socioculturais e ambientais, como também para o crescimento da economia local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi exposto, esse estudo teve como principal alvo o turismo realizado no município de Raposa no estado do Maranhão sob a ótica do desenvolvimento sustentável. Procurou-se desacatar a importância da adesão das premissas da sustentabilidade no processo de planejamento do turismo nessa cidade. Este destino maranhense é detentor de muitos atrativos naturais. Diante da infinidade destes recursos naturais, a cidade apresenta um grande potencial para a prática do ecoturismo, já que esta localidade possui ecossistemas frágeis e matas nativas que necessitam de proteção.

Sabe-se da importância que o turismo possui em localidades que detém potencial através de seus recursos culturais e naturais, e de como pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local e na preservação ambiental. O ecoturismo desenvolvido sob a ótica e os princípios da sustentabilidade, busca o crescimento econômico, a equidade social e a preservação ecológica. Assim, o ecoturismo deve ser praticado para benefício da população residente e do próprio ambiente natural.

Logo, este segmento do turismo está fortemente ligado ao desenvolvimento sustentável, que atende às necessidades não apenas dos turistas atuais, como também da comunidade receptora atual sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações que estão por vir. Nesse sentido, pode-se dizer que o conceito de sustentabilidade engloba o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos.

Portanto, conclui-se que o ecoturismo é um importante instrumento na consolidação da harmonia na relação entre homem e natureza. Levando em consideração os aspectos da relação sociedade/natureza, é primordial a elaboração de ações que edifiquem a atividade de forma sustentável, tornando-se benéfica para a comunidade. O ecoturismo por ser um modelo de turismo sustentável direcionado para melhoria de vida das pessoas e no respeito ao meio ambiente, possibilita a valorização e preservação do patrimônio e recursos naturais, viabilizando retornos econômicos e proporcionando a educação ambiental a todos os envolvidos, através do incremento da consciência ecológica.

Em síntese, temas relacionados ao meio ambiente tem se tornado mais frequente nos estudos acadêmicos em âmbito global. A perspectiva sustentável do turismo ganha maior repercussão, principalmente, porque tem a capacidade de estabelecer o planejamento da atividade, considerando a sustentabilidade como forma de controle, proteção e intervenção sobre as questões ambientais. O conceito de desenvolvimento sustentável firmou-se e está atrelado de forma intrínseca as dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Logo, após a análise do município de forma geral, considera-se a necessidade da implantação de um planejamento integrado, de forma a desenvolver condições para o crescimento econômico sustentável da atividade turística, com proteção ao meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da população local. Contudo, a ausência de projetos e programas sobre o tema em questão prejudica o desenvolvimento do turismo sustentável na cidade. Além disso, a divulgação ineficaz do destino também é um aspecto a ser melhorado. Em resumo, a participação do poder público, *trade* turístico e a comunidade são fundamentais para que a cidade se desenvolva por intermédio do turismo sustentável.

As três esferas de governo (federal, estadual e municipal) devem atuar de forma conjunta, principalmente na intenção de construir a imagem da Raposa, a nível local, estadual, nacional e quiçá internacional. Portanto, sugere-se assim que a sustentabilidade seja considerada como fator de desenvolvimento do destino, oferecendo inúmeros benefícios como crescimento econômico, geração de emprego e renda, preservação ambiental e valorização da dos costumes tradicionais dos povos nativos. Sobretudo, pelo fomento do ecoturismo no município de Raposa-MA.

REFERÊNCIAS

A BIANA. Cidade de Raposa: encantos das águas, marrarias, aves e matas. onde o mar é patrão e a biodiversidade faz morada. **A Biana em revista**, fev. 2007.

AGENDA 21, 1992. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Senac, 2007.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Senac, 1999.

BINFARÉ, P. W. et al. Planejamento Turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. **Revista Contemporânea – RTC**, Natal, v. 4, n. Especial, p. 24-40, abr. 2016

BOITEUX, B. do C. **Legislação do turismo**: tópicos de direito aplicados ao turismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário oficial [da] União**, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário oficial [da] União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário oficial [da] União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Histórico Brasileiro. **Portal do Ministério do Meio Ambiente**, c2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2018/2022**: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo**: diretrizes. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Ministério do Turismo. Turismo de Natureza é tendência entre os destinos para 2018. **Portal do Ministério do Turismo**, 23 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo e sustentabilidade orientações para prestadoras de serviços turísticos**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

CARDOSO, A. L. Trajetórias da questão ambiental urbana: da Rio 92 às Agendas 21 locais. **Rev. Paran.Desenv.**, Curitiba, n.102, p.51-69, jan./jun. 2002. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972. Disponível em: <<https://www.apambiente.pt>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

DECLARAÇÃO DE JOHANESBURGO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 5 maio 2018.

DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2012. Disponível em: <<http://www.rio20.gov.br>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003a.

_____. **Turismo Sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003b.

FUHRMANN, C. V.; RIBEIRO, M. A. J. A importância do Planejamento da atividade Turística. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 8., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: [S.n.], 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Raposa. **IBGE**, cidades, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia do desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Lo que todo gestor turístico debe saber**. Madrid: OMT, 1995.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

_____. **Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

PHILIPPI JR., A.; RUSCHMANN, D. V. de M. (Ed.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2010. (Coleção Ambiental, v. 9).

RUSCHMANN, D. V. de M. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. **Turismo Visão e Ação**, Revista Científica do mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, ano 2, n. 5, p. 81-90, out. 1999/mar. 2000. Disponível em: <<http://www6.univali.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papirus, 1997.

SALVATI, S. S. Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. In: BORN, R. (Org.). **Diálogos entre a esfera global e local**: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Petrópolis, 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000. (Série Turismo, v. 1).

VALLS, F. J. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Tradução de Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. 1. ed. Barueri: Manole Ltda, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM A COMUNIDADE DE RAPOSA

Prezado(a) Senhor(a) _____,

Este questionário faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Maranhão. O município de Raposa-MA é um destino de turismo de natureza, em especial o ecoturismo. Desse modo, questiona-se de que maneira o turismo sustentável pode contribuir para o desenvolvimento desse município? O objetivo geral desta pesquisa é apontar as contribuições que o Turismo Sustentável pode trazer para a cidade.

1) Sexo:

() Feminino

() Masculino

2) Faixa Etária:

() 18 a 20 anos

() 41 a 20 anos

() 21 a 30 anos

() 51 a 60 anos

() 31 a 40 anos

3) Escolaridade:

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Superior Completo

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Pós-graduado

() Ensino Médio Incompleto

() Outros

4) Qual a Importância do turismo para a cidade?

5) Você conhece o potencial turístico da Raposa?

6) Que tipo de impactos o turismo pode trazer para a região?

7) Quais benefícios o turismo pode trazer para a região?

8) Você concordaria com a implantação do turismo sustentável como alternativa de desenvolvimento para o município de Raposa-MA?

Entrevistador(a): _____.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM *TRADE* TURÍSTICO DE RAPOSA

Prezado(a) Senhor(a) _____,

Este questionário faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Maranhão. O município de Raposa-MA é um destino de turismo de natureza, em especial o ecoturismo. Desse modo, questiona-se de que maneira o turismo sustentável pode contribuir para o desenvolvimento desse município? O objetivo geral desta pesquisa é apontar as contribuições que o Turismo Sustentável pode trazer para a cidade.

1) Sexo:

☐ Feminino

☐ Masculino

2) Faixa Etária:

☐ 18 a 20 anos

☐ 41 a 20 anos

☐ 21 a 30 anos

☐ 51 a 60 anos

☐ 31 a 40 anos

3) Escolaridade:

☐ Ensino Fundamental Completo

☐ Ensino Superior Completo

☐ Ensino Fundamental Incompleto

☐ Ensino Superior Incompleto

☐ Ensino Médio Completo

☐ Pós-graduado

☐ Ensino Médio Incompleto

☐ Outros

4) Qual a Importância do turismo para a cidade?

5) Você conhece o potencial turístico da Raposa?

6) Que tipo de impactos o turismo pode trazer para a região?

7) Quais benefícios o turismo pode trazer para a região?

8) Estas empresas se preocupam com as questões ambientais? Em caso afirmativo, que práticas sustentáveis são realizadas por esta empresa?

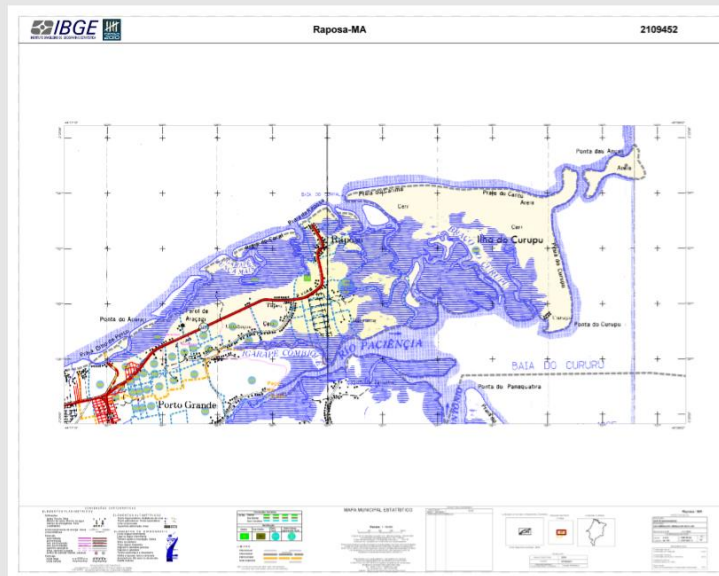
9) Existem parcerias entre esta empresa e o setor público e/ou instituições relacionadas ao turismo?

10) Na sua opinião como os setores públicos e privados podem contribuir para o turismo no município?

Entrevistador(a): _____.

ANEXOS

ANEXO A – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RAPOSA - MA



Fonte: IBGE, 2018.